

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**TERESA CRISTINA FREITAS OLIVEIRA**

**“NOS CADERNOS DO DIÁRIO”: Governo do General Emílio Garrastazu Médici e a Retórica Local Pró-Regime Civil- Militar no *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* (1969-1974)**

**São Luís- MA  
2015**

**TERESA CRISTINA FREITAS OLIVEIRA**

**“NOS CADERNOS DO DIÁRIO”: Governo do General Emílio Garrastazu Médici e a Retórica Local Pró-Regime Civil- Militar no *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* (1969-1974)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida

São Luís- MA  
2015

Oliveira, Teresa Cristina Freitas.

“Nos cadernos do diário”: governo do general Emílio Garrastazu Médici e a retórica local pró-regime civil-militar no *Jornal do Dia / O Estado do Maranhão* (1969-1974) / Teresa Cristina Freitas Oliveira.– São Luís, 2015.

89 f

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

Orientador: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida

1.Governo Médici. 2.Imprensa. 3.Hegemonia. I. Título.

CDU: 94(81).088:070

**TERESA CRISTINA FREITAS OLIVEIRA**

**“NOS CADERNOS DO DIÁRIO”:** Governo do General Emílio Garrastazu Médici e a Retórica Local Pró-Regime Civil- Militar no *Jornal do Dia/ O Estado do Maranhão* (1969-1974)

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida

Aprovada em 07 /08 /2015

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo Almeida (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

---

**Prof. Dr. Fábio Henrique Monteiro Silva**

**Universidade Estadual do Maranhão**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúvia Bomfim Vieira**

**Universidade Estadual do Maranhão**

“... É possível dizer que a natureza do homem é a “história” (e no sentido, entendida a história como igual ao espírito, de que a natureza do homem é o espírito), contanto que se dê à história o significado de *devenir*, em uma *concordia descors* que nada parte da unidade, mas tem em si as razões de uma unidade possível. Por isso, a “natureza humana” não pode ser encontrada em nenhum homem particular, mas em toda a história do gênero humano...”.

(Gramsci – Concepção Dialética da História, 1978).

“... Amigo é coisa para se guardar  
No lado esquerdo do peito  
Mesmo que o tempo e a distância digam "não"  
Mesmo esquecendo a canção  
O que importa é ouvir  
A voz que vem do coração  
Pois seja o que vier, venha o que vier  
Qualquer dia, amigo, eu volto  
A te encontrar  
Qualquer dia, amigo, a gente vai se  
encontrar”.

(Canção da América – Milton Nascimento)

Dedico este trabalho à minha prima Jayla  
Rafaella *in memoriam*...  
Saudades eternas...

## AGRADECIMENTOS

O viver em si, a convivência com as pessoas e o contexto no qual estamos inseridos nos proporciona um constante aprendizado, ainda que não estejamos conscientes disso o tempo todo. O curso de História nos possibilita, além da formação acadêmica, uma mudança em nossa forma de ser. Estou saindo desse curso como um ser humano melhorado. É por isso que na parte dos agradecimentos vou citar àqueles, que direta ou indiretamente contribuíram para com o meu crescimento, tanto acadêmico quanto como pessoa ao longo dessa jornada.

À minha mãe, Deusalina, pela dedicação e afeto, pela cumplicidade e amizade, por está ao meu lado em todos os momentos e apoiar as minhas decisões. Obrigada por tudo.

Ao meu pai, José, por sempre ter se preocupado com minha educação e a dos meus irmãos. Agradeço pelo apoio, por tantas coisas boas e valiosas que tem me ensinado.

Ao meu tio, Luís. Grata por ter me acolhido em sua casa desde que vim morar em São Luís, por ter me apoiado no Curso de História e nas minhas escolhas, pelos conselhos, por toda a humildade e por ter suportado meu gênio, não muito fácil, durante esses anos. A gratidão que tenho por ele é imensa.

Aos meus irmãos, Cristóvão e Antônio, por serem tão amáveis e presentes.

A professora Monica Piccolo pela orientação e contribuição neste trabalho. Uma pessoa por quem tenho uma admiração singular e inspira qualquer acadêmico com perspectiva de crescimento profissional. Agradeço por todo o aprendizado que tem me proporcionado nesses três anos de convivência.

Às minhas tias, Aldeides e Acrispiana, pelo carinho e atenção a mim dirigidos e que foram tão importantes nesse caminhar.

Aos meus queridos primos, Misac, Mizael, Ismael, Pedro Henrique e Paulo Guilherme, pelo afeto de sempre.

Ao corpo docente do curso de História da UEMA pelo comprometimento com a nossa formação e por nos incitar a ter paixão e a buscar pelo conhecimento ao longo do curso. Um legado para a vida toda.

Um agradecimento especial ao professor Marcelo Cheche e a professora Júlia Constança, por tudo que representam para mim: a humildade, o amor pela História, a compreensão e o respeito pelas pessoas. Vocês me inspiram.

Agradeço as eternas amigadas de dentro e fora da UEMA: Romário Basílio – a pessoa mais espirituosa e gentil que conheci nesses últimos cinco anos – João Paulo, Irenilce Soares, Layla Adriana, Eucilene Cherlys, Tayane Cristina, Welline Aguiar, Reinilda Oliveira,

Washington Mendes e Gracyane Castro. Todos vocês tem o meu eterno carinho e fico feliz por ter conquistado suas amizades.

A turma 2010.1 de História Licenciatura da UEMA. Foram quatro anos de aprendizado e experiências memoráveis.

Não poderia deixar de registrar uma nota de agradecimento à turma que me adotou (e eu a eles) em 2013, turma de 2010.2. Cito em especial, William Braga, Jéssica Mayara, Ingrid Campêlo, Adriana Ferreira, Karla dos Santos, Francinete Ponçadilha, Chrysthian Sousa, Werbeth Bello e Joyce Loppes, vocês são maravilhosos.

Aos membros do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), pelas parcerias.

À Lauisa, a bibliotecaria mais gentil, competente e adorável da UEMA.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuiu para a construção deste trabalho

## RESUMO

O problema da pesquisa é questionar e entender os elementos estruturais e de conteúdos apresentados pelo *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* que permitem identificar a ideologia construída do impresso sobre o Governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O periódico é apreendido enquanto fonte e objeto de estudo. Aqui o jornal é considerado um “Aparelho Privado de Hegemonia”, de acordo com a leitura feita do conceito do pensador italiano Antônio Gramsci cuja obra foi essencial para a fundamentação teórica e execução desta pesquisa. As análises estão pautadas, especialmente nos editoriais, local onde se encontra o posicionamento institucional da empresa jornalística. Além disso são consideradas as matérias, as notícias e manchetes que foram veiculadas no impresso, pois os interesses do veículo estão espalhados em cada página e em cada detalhe, que intencionalmente é passado ao leitor como sendo a divulgação de uma “simples” informação. Observa-se que são “informações” carregadas de sentidos e ideologias da classe dominante que pretende tornar seus projetos políticos e econômicos hegemônicos na sociedade. Tais projetos são gerados e executados dentro da “ossatura” do Estado, no qual a burguesia tem grande influência – embora aquele não seja passivo da mesma. O Estado procura atender aos interesses dessa classe, que são legitimados nos diversos “Aparelhos Privados de Hegemonia” da sociedade civil, onde se encontra, também, a imprensa, que foi o objeto de estudo em análise.

**Palavras-Chave:** Governo Médici. Imprensa. Hegemonia.

## ABSTRACT

The research problem is to question and understand the structural and content elements provided by the *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* identifying the ideology built printed on the government of General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). The journal is perceived as the source and object of study. Here the journal is considered a "private apparatus of hegemony", according to the reading taken from the Italian thinker Antonio Gramsci's concept whose work was essential to the theoretical foundation and execution of this research. Analyses are guided, especially in editorials, location of the institutional position of the newspaper company. Also they are considered the materials, news and headlines that were broadcast in print, because the interests of the vehicle are scattered on every page and in every detail, which intentionally is passed to the reader as the disclosure of a "simple" information. It is observed that are "information" loaded with meanings and ideologies of the ruling class that aims to make its political and economic hegemonic designs in society. Such projects are generated and executed within the "bones" of the state in which the bourgeoisie has great influence - although that is not passive in the same. The state seeks to serve the interests of this class, which are legitimized in the various "private apparatus of hegemony" of civil society, where, too, the press, which was the subject matter under review.

**Key-words:** Government Médici. Press. Hegemony.

## LISTA DE SIGLAS

A-5 – Ato Institucional N° 5

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI-1 – Ato Institucional n° 1

AI-12 – Ato Institucional n° 12

AI-13 – Atos Institucionais n° 13

AI-14 – Ato Institucional n° 14

AI-17 – Ato Institucional n° 17

AI-2 – Ato Institucional n°2

ALN – Ação Libertadora Nacional

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CGI – Comissão Geral de Investigações

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações da Aeronáutica

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DOI – Destacamento de Operações de Informações

DSIs – Divisão de Segurança e Informações

DSN – Ditadura de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

FEB – Força Expedicionária Brasileira

EUA – Estados Unidos da América

FUNRURAL– Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural

IBAD– Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INA – Instituto Nacional de Alimentação

IPES– Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPND – I Plano Nacional de Desenvolvimento

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário oito de Outubro

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCI – Partido Comunista Italiano

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

PIS – Programa de Integração Social

PRORURAL – Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o Vale de São Francisco

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

UDN – União Democrática Nacional

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO, 14**

**CAPÍTULO 1. DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: ESTADO, IMPRENSA E PODER, 19**

**1.1- Golpe de Classe e Estado Autoritário Civil-Militar no Brasil, 19**

**1.2- Ditadura Civil-Militar e Projeto de Classe no Pós-64: Uma leitura sobre o Estado, 24**

**1.3- Ditadura e Gramsci: Uma Interpretação, 28**

**1.4- Política, Imprensa e Poder: *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* e o vínculo com a Política Local, 32**

**CAPÍTULO 2. GOVERNO MÉDICI E “SEGURANÇA”: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO, 37**

**2.1- Ascensão de Médici à Presidência da República, 38**

**2.2- Ditadura de Segurança Nacional e as Medidas de Controle: Os Antecedentes Históricos, 39**

**2.3- O AI-5, 41**

**2.4- Outras Medidas de Controle e Coerção no Governo Médici: A Institucionalização da Repressão, 43**

**2.5- Propaganda Política no Governo Médici: Controle, Legitimidade e Consenso, 47**

**2.6-O “Milagre Econômico Brasileiro”: Ideologia e Desenvolvimento, 50**

**2.7- Planos Econômicos e Perspectivas de Desenvolvimento: A Busca da Legitimidade, 53**

**CAPÍTULO 3. O GOVERNO MÉDICI NO *JORNAL DO DIA/O ESTADO DO MARANHÃO* (1969-1974), 57**

**3.1-“Um” Presidente e o Povo: “General Médici, Autor das Melhores Esperanças”, 57**

**3.2-Uma História, Muitas Versões: “Como Contar a História de um Outro Brasil”, 63**

**3.3-O AI-5 e o Estado Autoritário: “Brasil Modela Democracia”, 73**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS, 81**

**REFERÊNCIAS, 84**

## INTRODUÇÃO

Esta monografia está inserida nos estudos históricos sobre Ditadura Civil-Militar<sup>1</sup> no Brasil. O recorte temporal da pesquisa é o contexto do Governo do General Emílio Garrastazu Médici, cujo marco cronológico está entre os anos de 1969 a 1974. O principal objetivo que conduz a pesquisa é analisar o posicionamento dos editoriais do *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* sobre o governo do presidente em questão. A escolha do impresso como fonte e objeto de estudo foi exatamente por este ser considerado o jornal mais importante e de maior circulação e alcance no período.

O método utilizado para o trabalho com o jornal consistiu primeiramente em relacioná-lo com o contexto nacional e local, já que a conjuntura do momento teve influência direta nas publicações do impresso. Segundo, analisou-se o conteúdo dos editoriais, onde efetivamente o órgão manifesta seu posicionamento ideológico. Igualmente, foram levados em consideração a estrutura do jornal, bem como as matérias, notícias e manchetes, pois o interesse do periódico também pode ser observado a partir da escolha e do modo como são postos no decorrer das suas páginas a capa, as manchetes, as entrevistas, as notícias, as matérias, dentre outros elementos. Isso porque a forma como o jornal se organiza tem pretensões explícitas ou implícitas de argumentar e fundamentar suas próprias ideologias, que é possível de ser apreendida no jornal como um todo (ABRAMO, 2003). Porém o foco maior da pesquisa consiste na análise dos editoriais do jornal.

Dentro da concepção gramsciana sobre Aparelho Privado de Hegemonia a problemática de pesquisa que orienta esta monografia está em torno do questionamento e entendimento sobre os elementos estruturais e de conteúdo apresentados pelo impresso que permitem identificar a imagem e a ideologia que o periódico buscou construir sobre o governo Médici.

Para alcançar os resultados do que se propõe neste trabalho foram estipulados três objetivos específicos: avaliar os elementos ideológicos apresentados pelo periódico sobre a figura do presidente Médici; o posicionamento do impresso diante do projeto de

---

<sup>1</sup>O conceito é do teórico René Dreiffus (1987) que considera o golpe de 64 e a ditadura que foi posteriormente implantada como sendo civil-militar combatendo, assim, os tradicionalistas que até então haviam estudado o golpe de 1964 como sendo um movimento apenas dos militares. Nisso, o autor identifica quem eram os civis participantes desse movimento, ou seja, os empresários. Porém na literatura atual há grandes discussões que visam esclarecer as confusões feitas por alguns historiadores revisionistas com relação ao termo civil-militar. Conceito este que foi apropriado pelos adeptos da ditadura (isso ainda em dias atuais), para divulgar ideologias ou justificar o golpe e sua permanência a partir da cooperação da sociedade civil. Em meio a isso muitos pesquisadores já optam em fazer uso de outro termo, isto é, “empresarial militar”. No entanto, por ser um termo bastante recente, optamos nesta monografia pela perspectiva civil-militar trabalhada por Dreiffus.

desenvolvimento no país, notadamente, o “milagre econômico” brasileiro; e, por fim, entender o que o jornal pensava sobre o AI-5 e as medidas autoritárias do regime a partir da leitura que o mesmo fazia sobre a forma de Estado vigente no país naquele período.

Destarte, os questionamentos da pesquisa estão em torno de perceber como os elementos apresentados pelo jornal construíram a imagem do presidente Médici? Como o desempenho da economia durante o período foi veiculada pelo impresso? Que visão o periódico buscou construir daquele Estado autoritário? Acredita-se que o direcionamento desses questionamentos será essencial para a condução e análise a que se propõe nesta pesquisa.

Durante muito tempo, os pesquisadores negligenciaram os estudos com a imprensa, pois consideravam que as parcialidades contidas nos jornais impediam o uso dos impressos como fonte documental passível de ser utilizada no processo de produção do conhecimento histórico. A importância desta no uso da produção historiográfica se deu a partir das inovações proporcionadas pelo Movimento dos Annales, a partir da década de 1930, que terminou por impulsionar a renovação no campo da História Política e na ampliação das fontes, temáticas e métodos para o conhecimento historiográfico<sup>2</sup>.

Tania De Luca afirma que “ao lado da imprensa e por meio da imprensa o jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. (LUCA, 2005, p. 118). Nesse espaço os jornais foram vistos como sendo uma formidável fonte para se conhecer o político, o econômico e o social da História do Brasil. No entanto, a autora ressalta que a crítica feita, ainda na década de 1930, pelos Annales, não “implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa, que continuou relegada a uma espécie de limbo” (LUCA, 2005, p.112). Até a década de 1970, ainda havia obstinação para trabalhar a imprensa como fonte historiográfica no país.

No Maranhão, os estudos com imprensa, em especial os jornais, se encontram ainda em gestação, especialmente o contexto aqui abordado. Mas convém ressaltar que produzir sobre a temática do período no Estado tem valor significativo, tendo em vista a originalidade do tema. Observa-se que as pesquisas históricas desse importante período do Brasil despertaram pouco interesse entre a comunidade acadêmica do Estado.

---

<sup>2</sup>Nos anos 30, a partir da fundação da revista Annales sob a direção de Lucien Febvre e Marc Bloch, na França, a História Tradicional é colocada em descrédito. O movimento acusava esse campo historiográfico de se preocupar somente com as grandes narrativas, fatos, heróis e acontecimentos ilustres dignos de serem postos na História. Essas inovações acabou por proporcionar, dentre outras coisas, a ampliação das fontes, das temáticas e dos métodos do conhecimento historiográfico (LUCA, 2005).

Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para o preenchimento das lacunas desse importante período da História do Brasil. É necessário preencher o espaço vazio da historiografia da época no Maranhão e, dessa forma, demonstrar a sociedade esse nefasto passado da nossa História que foi vivenciada de maneira intensa e singular com seus reveses e controvérsias. Como afirma Enrique Serra Padrós:

Num país onde o silêncio, o esquecimento e a construção da "desmemória" prevalecem, e que tem a impunidade como sua maior marca – frutos do próprio terror – faz-se essencial denunciar sua história recente, sem fazer condescendências, nomeando essa experiência de acordo com suas práticas e sequelas na sociedade (PADRÓS, 2007, p. 48).

A relação entre política, poder e imprensa são indissociáveis uma da outra e sempre andaram juntas no Brasil. Os jornais são instrumentos pelos quais os interesses políticos são propagados. Trabalhar a imprensa como objeto historiográfico é de suma importância para o campo da História Política. São pelos meios de comunicação que o poder, através dos projetos políticos e econômicos, tornados hegemônicos, são legitimados. O poder político e econômico do grupo que está sendo privilegiado dentro da máquina estatal precisa do consenso dos dominados, seja por meio da Sociedade Política, a chamada via legal do Aparelho de Estado, seja através da Sociedade Civil, onde os Aparelhos de Hegemonias das organizações privadas atuam (GRAMSCI, 2001).

Os marcos cronológicos se justificam porque essa faceta de condução dos mecanismos articulados pelo Estado de Segurança Nacional na implantação de suas políticas autoritárias em termos políticos e econômicos se fez bastante clara durante o período em que a pesquisa está pautada. O Governo Médici soube com destreza se amparar no Aparato Repressivo (coerção) e, também, no aparato de propaganda política, tanto oficial (caso da Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP<sup>3</sup>), quanto privado (inúmeros meios de comunicação privado) para manter seus projetos políticos e econômicos no país (projeto burguês).

A hipótese central que conduziu a análise do *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* é a de que o impresso funcionou como um Aparelho Privado de Hegemonia – de acordo com o conceito gramsciano – da Ditadura Civil-Militar que no contexto aqui analisado buscou legitimar o governo Médici na sociedade ludovicense. Isso foi feito a partir da construção da imagem popular do presidente que, conforme o jornal vinha desenvolvendo o país em aspecto econômico e social, sem que os direitos democráticos fossem prejudicados nesse processo.

---

<sup>3</sup>O órgão foi criado em 1968 no governo Costa e Silva, sob a assessoria de Hernani Aguiar. A ideia era divulgar os fatos notáveis do regime e desviar as atenções dos problemas pelos quais o Brasil passava. (FICO, 2003).

Como mediador entre o Estado e a sociedade, o impresso atuou no sentido de construção de um consenso como forma de manter a hegemonia sobre o aparato estatal. Por meio de suas publicações diárias e dos editoriais o impresso procurava legitimar as ações e o projeto político-econômico da Ditadura Civil-Militar. O objetivo era torná-los hegemônicos na sociedade ludovicense reconhecendo, inclusive, os efeitos dessa política em benefícios para o Estado no período analisado. O uso da imprensa foi uma estratégia utilizada para a construção da hegemonia do regime na sociedade local.

A construção do objeto de estudo desta monografia a partir da teoria gramsciana de Estado Ampliado e Aparelho Privado de Hegemonia permite que ela seja dividida em três capítulos e operacionalizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo a ideia que perpassa o texto é a de que em 1964 ocorreu um golpe de classe a partir da concepção de Dreiffus. Após a conquista do Estado pela burguesia foi montado um modelo de desenvolvimento amparado na Ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento – linha interpretativa seguida nos trabalhos de Maria Helena Moreira Alves (1984) e Enrique Serra Padrós (2007) – para que o projeto dos empresários ou da classe ascendente fosse materializado dentro do aparato do Estado. Portanto, os objetivos do capítulo foi entender o contexto em que se deu o golpe civil-militar, elencando fatores de âmbito interno e externo e a implantação das bases para a consolidação do projeto burguês após o golpe conforme os ditames daquela doutrina.

Para se entender a dimensão da relação entre Estado e Sociedade e a condução do modelo de Estado direcionado pelo bloco de poder no governo a partir de 1964 foram colocadas neste capítulo a discussão sobre o Estado. Aqui são postas algumas das opções teóricas para a condução da pesquisa, são eles: Karl Marx, Friedrich Engels e Nicos Poulantzas. Também são expostas às teorias de Antônio Gramsci, que na esteira do marxismo muito contribuiu para este debate. O teórico tem um peso fundamental nesta pesquisa. Nesta parte é expresso o porquê da escolha do intelectual e os conceitos imprescindíveis que direcionaram as análises do objeto de estudo em questão, *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*.

Por último, o capítulo discute a relação entre imprensa e política. Entende-se que o jornal funciona como um Aparelho Privado de Hegemonia numa concepção gramsciana que por meio de suas publicações tem pretensão de tornar projetos políticos hegemônicos. A ideia é mostrar que esses veículos de comunicação atendem aos interesses da fração de classe que está no poder ou que tem influência nas decisões do Estado, a burguesia. Desse modo, buscou-se entender com qual grupo político o jornal estava ligado na época na sociedade local, pois isso é imprescindível para entender o objeto de estudo em questão.

No segundo capítulo, tomando como eixo de condução a teoria de Estado Ampliado de Gramsci, a pretensão é fazer uma explanação do Governo Médici. No capítulo perpassa a ideia de que neste governo a coerção e o consenso foram mecanismos amplamente utilizados pelo presidente como forma de manutenção dos interesses da classe que estavam no controle do Estado. Mais do que qualquer outro presidente que o regime tivera nos seus anos de vigência, as ideologias de “segurança” e “desenvolvimento” estiveram em alta no Governo Médici. Assim, os objetivos dessa parte do texto são verificar o processo de ascensão de Médici à presidência, expor as medidas autoritárias tomadas ao longo do regime que permitiram a montagem de um Aparato Repressivo que teve atuação recorde no contexto analisado, especialmente após o AI-5, que, também, tem um espaço de discussão neste capítulo.

No capítulo é ainda colocada em pauta a propaganda política realizada durante este governo tanto pelo órgão oficial, quanto pelos Aparelhos Privados de Hegemonia. Do outro lado, se expõe a censura imposta pelo governo aos órgãos de imprensa que criticavam a condução do Estado. Em contrapartida aqueles que veiculavam a ideologia do regime eram beneficiados. A eles eram destinados incentivos e verbas para continuar divulgando notícias favoráveis da Ditadura Civil-Militar. Principalmente sobre o desenvolvimento que a economia estava apresentando no período. Portanto, propõe-se também analisar as bases do “milagre econômico” e os planos implantados ao longo do regime que proporcionaram tal faceta nos anos do Governo Médici que deram legitimidade a política econômica implantada pelo regime.

No terceiro capítulo, após a leitura feita sobre o Estado e imprensa e da explanação do contexto da época, é dedicada a expor o posicionamento do jornal com relação ao Governo Médici, trabalhando cada objetivo elencado no texto por tópico. Será demonstrada, assim, respectivamente, a visão do impresso construída sobre a figura do presidente Médici e do desenvolvimento, bem como a do Estado da época.

## CAPÍTULO 1

### DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: ESTADO, IMPRENSA E PODER

#### 1.1- Golpe de Classe<sup>4</sup> e Estado Autoritário Civil-Militar no Brasil

No alvorecer do dia 1º de abril de 1964 foi deflagrado um golpe de estado que instaura uma Ditadura de Segurança Nacional (DSN)<sup>5</sup> que perdurou por 21 anos no Brasil. O regime só chegaria ao fim em 1985, após o movimento das Diretas Já<sup>6</sup>. No entanto, o restabelecimento do Estado de Direito foi uma transição longa, concluída apenas com as eleições de 1989 que redemocratiza o Brasil. A experiência democrática que o Brasil tivera entre os anos de 1945 a 1964 havia ficado no passado distante. Foi um período em que o país viveu sob um Estado de Exceção<sup>7</sup>.

Na versão oficial dos golpistas, o movimento de 1964 tratava-se de uma “Revolução Democrática”, “fundados no objetivo de instaurar o que eles denominavam de ‘verdadeira democracia’ no país” (REZENDE, 2013, p. 01). Insistiam que iriam assegurar o Estado Democrático, ameaçado por supostas forças subversivas que planejavam fazer uma revolução comunista no Brasil.

Todavia, para entender as circunstâncias do golpe e a implantação do Estado de Segurança Nacional, é preciso levar em conta a ampla conjuntura interna e externa da época. No contexto internacional havia uma disputa ideológica entre o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA) e o bloco socialista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O mundo vivia a chamada Guerra Fria. Nesse ínterim, ambas as superpotências pretendiam alinhar o maior número de países possível a suas respectivas ideologias. Assim, tanto os EUA, em nome da "defesa do mundo livre", quanto a URSS, em prol da "defesa do socialismo", lançaram mão de suas respectivas ideologias para justificarem suas invasões direta ou indireta em diversos países do globo<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup>Ver DREIFUSS, 1981.

<sup>5</sup>Considera-se aqui o conceito trabalhado por Maria Helena Moreira Alves (1984) e Enrique Serra Padrós (2007).

<sup>6</sup>Campanha com amplo apoio popular que apoiava a Ementa Dante de Oliveira, que “restabeleceria as eleições diretas para a presidência da República (SILVA, 2003, p. 273)”.

<sup>7</sup>O “Estado de Exceção” é caracterizado por um vazio de direito. Este estado estaria legitimado por um conteúdo de legalidade em que os direitos jurídicos são suprimidos dos cidadãos, com a justificativa de assegurar o Estado de Direito que estaria ameaçada por forças antidemocráticas. Nessa perspectiva, os poderes legislativos são diminuídos, enquanto isso, o executivo dispõe de plenos poderes, em que o chefe de estado governa por decretos (AGAMBEN, 2004).

<sup>8</sup>Durante a Guerra Fria uma reatualização da geopolítica e geoestratégia no panorama mundial promoveu o desenvolvimento do militarismo entre as duas superpotências. Essa Corrida Armamentista alimentava a permanência da guerra, e terminava, por manter o "equilíbrio do terror" entre as nações, já que ambas possuíam armamentos com amplo poder de destruição. A imprudência de uma das partes poderia levar ao "extermínio total da humanidade" (VESENTINI, 2003, p.82).

Enquanto isso, no contexto interno do Brasil há a crise do Populismo<sup>9</sup> e de autoridade, que já vinha ocorrendo desde a década de 1950. A crise se acentua no início da década de 1960, quando uma mobilização cada vez maior dos setores da esquerda, políticos, sindicatos e estudantes, fazem com frequência, manifestações e greves em várias partes do país, tanto no campo quanto na cidade. Essa situação de instabilidade e reivindicações desses setores entra em contradição com o capital multinacional e associado, que àquela época já estava com grande força de atuação no país.

A expressividade do capital nacional no país remonta a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. Naquele momento a hegemonia no Estado da oligarquia agro comercial chega ao fim. É bem verdade que o domínio oligárquico já vinha sofrendo crise desde fins da década de 1920<sup>10</sup>. A crise de 1929<sup>11</sup> abalou diretamente a economia oligárquica e suas frágeis estruturas de manutenção de poder não resistiram às pressões advindas da emergente fração industrial em ação conjunta com a classe média do país.

No entanto, esta burguesia emergente “não destruiu, nem política nem economicamente, as antigas classes agrárias dominantes para impor sua presença no Estado” (DREIFUSS, 1981, p. 22). Nesse contexto, ocorre no país a implantação de um Estado de Compromisso<sup>12</sup>, isto é, nenhum dos segmentos sociais, a classe média, os industriais, bancários e agroexportadores “foi capaz de estabelecer sua hegemonia política e de representar seus interesses particulares como sendo os interesses gerais da nação” (DREIFUSS, 1981, p. 22).

---

<sup>9</sup>O conceito de Populismo vem sendo objeto de debate entre diversos pesquisadores desde a década de 1950. Dentro da temática há um arcabouço de interpretações sobre as relações políticas, econômicas e sociais vividas no país a partir de 1930. Há um consenso entre muitos pesquisadores, que indicam o fim do populismo após o golpe de Estado em 1964. Porém, quanto ao seu início, assim como as interpretações do conceito, há um imperativo que fomentou grandes discursões, as quais chegam, inclusive, aos dias atuais. Aqui são indicados os trabalhos de Francisco Wefort (1980) *O Populismo na Política Brasileira*, Octávio Ianni (1968) *O colapso do populismo no Brasil e* Angela de Castro Gomes (1980) *A invenção do trabalhismo*.

<sup>10</sup>Na década de 1920 ocorreram muitas transformações no cenário nacional. O país começa a se urbanizar e industrializar deixando de ser eminentemente agroexportador. Novos centros econômicos regionais se consolidam, como Rio de Janeiro e São Paulo que começa a industrializar-se, deslocando, assim, o poder político até então concentrados nas elites agrárias do nordeste para a região sudeste do país. A eminente industrialização e a urbanização do país formam novas estruturas de poder. Uma fração burguesa industrial luta para “redefinir as relações de poder dentro do Estado brasileiro”. Este cenário termina por desestruturar as bases de sustentação do Estado oligárquico que não resistiu à crise capitalista de 1929. (DREIFUSS, 1981, p.21).

<sup>11</sup>A Crise de 1929 resultou numa recessão econômica que só chegou ao fim após a Segunda Guerra Mundial. Iniciada nos EUA no decorrer dos anos 20 teve seu ápice com o *crash* da bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929, a chama quinta feira negra. Seus efeitos se espalharam rapidamente por vários países do globo. Durante àqueles anos a economia mundial se desarticulou. As economias subdesenvolvidas sustentadas por produtos primários sofreram com a recessão. No Brasil, o principal produto de exportação, o café, teve uma baixa absurda no preço, abalando ainda mais (a crise do domínio oligárquico é observado ao longo da década de 20) as frágeis estruturas da economia agroexportadora e do bloco político até então hegemônico, a oligarquia cafeeira (CORSI, 2010).

<sup>12</sup>Getúlio Vargas ao assumir o governo teria o desafio de conciliar os interesses dos vários grupos no cenário nacional e articular um compromisso com a classe dominante e as classes populares. (WEFFORT, 1980).

Desse modo, a difícil coexistência entre esses blocos de poder facilita no país a implantação do Estado Novo, em 1937. Nesse ínterim, Getúlio Vargas desenvolveu um modelo específico de governar que ficou registrado na História por Populismo<sup>13</sup>. Nessa perspectiva, Vargas, ao mesmo tempo em que atende aos interesses da classe dominante, desenvolve políticas sociais a fim de agradar a classe trabalhadora.

Dentre as políticas sociais, por exemplo, foram formuladas as leis trabalhistas e sindicais, o aumento do número de sindicatos, dentre outros feitos beneficiando a classe trabalhadora. Em benefício do bloco burguês, este Estado articula um modelo de desenvolvimento industrial no Brasil que permite um novo padrão de acumulação capitalista, implantando um setor de bens de produtos duráveis e internacionalizando a economia brasileira.

Mas, o capital brasileiro extremamente dependente “viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista” (DREIFUSS, 1981, p. 49). Após a Segunda Guerra Mundial há nos grandes centros industriais e financeiros a preeminência do capital monopolista<sup>14</sup> e a consolidação de suas economias. Assim, a vertente do capital dependente do Brasil direciona seu desenvolvimento capitalista a relações intrínseca com o capital mundial dominante. Desse modo, embora o capital nacional tenha predominado no Governo Vargas só “conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado” (DREIFUSS, 1981, p. 49).

A internacionalização da economia cresce de forma significativa nos anos seguintes. Nesse processo há o desenvolvimento de uma administração paralela que garante a “supremacia econômica da burguesia industrial” e molda “as bases de um bloco histórico burguês” ou do capital multinacional e associado no país (DREIFUSS, 1981, p. 22).

Contudo, é só na década de 1950 que o capital multinacional<sup>15</sup> e associado tem uma nova roupagem, “tornando-se, indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta” (DREIFUSS, 1981, p. 66). Essas novas forças sociais emergentes que

---

<sup>13</sup>Neste tipo de governo as políticas sociais são utilizadas de forma a tutelar e controlar a classe trabalhadora. Nisso, muitas de suas demandas são atendidas com objetivos de legitimar o Estado vigente, face ao cenário de instabilidade política da época. O Populismo tem suas origens a partir do movimento de 30, mas o modelo de estado liberal-democrático perdeu no país somente entre os anos de 1945 a 1964, quando é dado o golpe de estado no Brasil. (WEFFORT, 1980).

<sup>14</sup> O chamado capitalismo monopolista é a fusão do capital industrial com o capital bancário que se transformam em capital financeiro, cujo controle fica a cargo de grandes organizações. Ou seja, é um “sistema constituído de empresas gigantes” (BARAN E SWEEZY, 1974, p. 60), que dominam diversos setores da economia. Essas empresas monopolizam grandes concentrações de capital.

<sup>15</sup> Por meio de empresas filiais, subsidiárias e associadas o capital multinacional multirregionaliza sua atividade produtiva (DREIFUSS, 1997, p.134). No Brasil, o processo de inserção do capital multinacional torna-se a força dominante a partir da década de 1960. Após o golpe de 1964 torna-se hegemônico no país (DREIFUSS, 1981).

surtem desse contexto desempenham grande poder de intervenção no Estado e na sociedade brasileira. O golpe de 1964 foi a consolidação da conquista hegemônica do estado pelo capital multinacional e associado (DREIFUSS, 1981), “um episódio da luta de classes”, no qual o “empresariado, sobretudo seu setor estrangeiro, tratou de conter e reprimir a ascensão dos trabalhadores” (BANDEIRA, 2001, p. 21-22).

A consolidação do episódio tratou de uma articulação pensada. A organização do bloco de poder capitalista multinacional e associado e os militares é iniciada logo depois da ascensão de João Goulart (1961-1964) ao poder. Este político era visto por esses setores conservadores com uma forte tendência esquerdista. Na percepção dos grandes capitalistas, o executivo nacional-reformista centrado na figura de João Goulart dava apoio às reivindicações dos trabalhadores que estavam acirradas em fins da década de 1960.

Quando o presidente começa a mexer diretamente nos interesses capitalistas desse bloco, tomando medidas como: restrição das remessas de lucros, interesse do governo brasileiro em nacionalizar corporações estrangeiras, pagamentos de royalties e de transferências de tecnologia, dentre outras medidas que restringiam os investimentos multinacionais no país, os conspiradores encaminham suas ações para o golpe de estado. Nisso, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)<sup>16</sup> juntamente com a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>17</sup> tiveram uma importância essencial no processo de ações desestabilizadora no governo Goulart.

Dreifuss destaca que “após 1964 o poder estatal direto transformou-se na mais alta expressão do poder econômico da burguesia financeiro industrial multinacional associada” (DREIFUSS, 1981, p. 419). Para Marx e Engels, “o poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX E ENGELS 1988, p.68).

Em meio a este quadro Maria Helena Moreira Alves ressalta que as classes clientelísticas brasileiras desenvolveram uma espécie “autoritária de capitalismo de estado” que perdurou durante o regime civil-militar no Brasil. A ideologia que legitimou esta variante

---

<sup>16</sup> Os complexos IPES/IBAD foram instrumentos pertencentes à Sociedade Civil utilizado pelo empresariado e capital multinacional e associado para realizar ação desestabilizadora contra o governo Goulart. As ações ideológicas consistiam, por exemplo, na realização de debates, projeção de filmes, simpósios, palestras e mesmo no uso da imprensa, da televisão, do rádio entre outros suportes, no intuito de orquestrar contra as atividades comunistas e socialistas no país, e a corrupção gestada dentro do governo Goulart, dentre outros aspectos (DREIFFUS, 1981).

<sup>17</sup> A ESG foi fundada em 1949 por oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que participaram da 2ª Guerra Mundial, sendo uma instituição que treinava profissional e ideologicamente tanto militares quanto civis (ALVES, 1984).

autoritária e golpista da tomada e organização posterior do estado teve suporte na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que implantou um “complexo mecanismo de dominação política e social” (ALVES, 1984, p. 19).

A Doutrina de Segurança Nacional “trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informação e planejamento político-econômico de programas governamentais” (ALVES, 1984, p. 35). A mesma está pautada em alguns conceitos fundamentais, são eles: guerra total, anticomunismo, contra insurgência, segurança interna, “inimigo interno”, guerra interna (guerra suja), fronteiras ideológicas, desenvolvimento econômico, entre outros termos, cujo objetivo maior foi o “reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas” (PADRÓS, 2007, p. 45).

Nessa doutrina há “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2007, p. 24). Elaborada pelo presidente Harry Truman em 12 de março de 1947, a doutrina objetivava justificar ações do governo americano sobre o globo e impedir o avanço da URSS no planeta. Após isso, os conceitos de segurança nacional foram exportados para todos os países não comunistas, se estendendo para a América Latina. No Brasil, toda a ação golpista e a posterior ditadura, foi uma aplicação pensada a partir desta doutrina.

A ideologia de segurança nacional foi um mecanismo com perspectivas legitimadoras “por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”, usado pela elite dominante do Brasil ligada aos interesses do capital multinacional (ALVES, 1984, p. 23). Segundo Padrós:

A aplicação das premissas da doutrina destruiu as bases da democracia representativa com o fechamento do Parlamento, o controle sobre o Poder Judiciário, a proibição do funcionamento dos partidos políticos, a imposição generalizada da censura, a violação sistemática dos direitos humanos e uma repressão brutal contra toda a oposição (PADRÓS, 2007, p. 47).

A Doutrina de Segurança Nacional em sua perspectiva brasileira “volta-se especificamente para a ligação entre desenvolvimento econômico e segurança interna e externa” (ALVES, 1984, p. 33). Por meio dessa doutrina o regime legitimou a centralização do poder do estado no executivo federal, montou um aparato repressivo e armado e uma ampla rede de informação sobre suspeitos de subversão. Do mesmo modo, aplicou uma política econômica de acordo com seus princípios para garantir, segundo suas ideologias, a segurança através do desenvolvimento econômico e assegurar, dessa maneira, que os projetos do grande capital fossem implantados, assunto que será exposto no segundo capítulo.

Dessa forma, para se compreender melhor o contexto no qual a pesquisa está inserida é imprescindível o aprofundamento do conceito de Estado. O recorte temporal da presente monografia, Governo Médici, está inserido dentro de um contexto ou de uma temática ampla, Ditadura Civil-Militar no Brasil. Portanto, discutiremos agora a formulação de alguns teóricos que deram grandes contribuições para a condução desta pesquisa no âmbito do conceito de Estado e do entendimento sobre a imprensa.

## **1.2- Ditadura Civil-Militar e Projeto de Classe no Pós-64: Uma leitura sobre o Estado**

O projeto de classe que a ditadura procurou implantar a partir de 1964 buscou legitimidade política segundo a qual todas as ações autoritárias tanto em termo políticos como econômicos estavam pautadas na busca pela verdadeira democracia no país, afinal, o golpe de 1964 foi justificado pela versão oficial como forma de assegurar a democracia que supostamente estava ameaçada pelo perigo comunista. Dessa forma, para alcançar a democracia era necessário combater as forças subversivas e desenvolver a economia. Assim, foi sedimentado um modelo de Estado que objetiva alcançar tais pretensões por meio da “segurança” e do “desenvolvimento”. À população, cabia aceitar as regras, para que não houvesse retrocessos políticos no país.

Assim sendo, para compreender os processos políticos e econômicos direcionados pelo Estado Autoritário Civil-Militar implantado em 1964 e suas formas durante o Governo Médici, bem como a relação entre Estado e sociedade brasileira, buscou-se teóricos considerados importantes para estabelecer condições básicas para as análises, são eles: Karl Marx, Friedrich Engels, Nicos Poulantzas e Antônio Gramsci. As obras de comentadores dos teóricos foram igualmente importantes e, também, serão citadas durante o texto. Apesar da importância e contribuição dos intelectuais elencados acima, no referencial teórico, foram utilizadas as obras de Gramsci como fundamento principal para a interpretação do contexto.

Entender a dinâmica do funcionamento do Estado, dos interesses burgueses e capitalistas que prescrevem em sua esfera e, a forma como esta classe implanta seus projetos políticos se constitui de suma importância para o entendimento do período e do objeto de estudo desta pesquisa, *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*. Porém, não cabe aqui fazer relações simplistas entre tais teorias e o contexto aqui estudado. Até porque tais teóricos escrevem e estão inseridos num outro contexto histórico.

Mas analisar essas teorias numa dinâmica que direcione a pensar essa máquina estatal como um mecanismo em que o Estado, sendo um aparato constituído pela classe dominante

ou ligada a esta por interesses que ultrapassam o “bem-comum” ou de mero representante do interesse do conjunto nacional, tenha pretendido implantar os projetos políticos e econômicos da classe econômica que ascendeu ao poder em 1964 no país. Porém, isto não significa pensar o Estado como um objeto passivo dessa burguesia.

Do mesmo modo, procura-se entender como esta classe buscou legitimidade política de seus projetos. Mesmo porque o poder político e econômico do grupo que está sendo privilegiado dentro da máquina estatal precisa do consenso dos dominados, seja por meio da Sociedade Política, a chamada via legal do Aparelho de Estado, seja através da Sociedade Civil, onde os Aparelhos hegemônicos das organizações privadas atuam (GRAMSCI, 2001).

Ascender ao poder e ser a classe economicamente dominante não é suficiente para tornar projetos hegemônicos. O Estado dá suporte e assegura as formas capitalistas de exploração, mas é preciso encontrar um consenso com a classe subalterna para tornar planos e ideias legítimos, uma vez que o poder é necessariamente sustentado pelos meios políticos e ideológicos. Nesse sentido, a Sociedade Civil – meio onde se encontram os Aparelhos Hegemônicos da sociedade – é essencial. É também onde atua a imprensa, que é fundamental nesse processo de hegemonia, ainda que haja projetos contra hegemônicos<sup>18</sup>.

O pensamento de Karl Marx sobre a relação entre Estado e sociedade é encontrado na produção de suas diversas obras. Nestas, é possível apreender uma concepção de Estado e política para o intelectual. Seus trabalhos estão debruçados sobre as novas relações estabelecidas na sociedade com alvorecer da modernidade e da dinâmica produtivista do capitalismo. De acordo com Marx e Engels, o desenvolvimento das forças produtivas desse sistema capitalista gera a contradição de classe e o surgimento do Estado, que seria um instrumento burguês de dominação para manter a exploração de classe. Nessa perspectiva, Marx e Engels é categórico:

Desde o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, a burguesia finalmente conquistou para si mesma, no moderno Estado representativo, o exclusivo poder político. O Executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para gerenciar os negócios comuns de toda a burguesia (MARX E ENGELS, 1983, V. I, p. 23, apud BARBOSA, p. 13).

Desse modo, Marx destaca que o Estado surge como forma de dominação e exploração de classe, onde a propriedade privada dá origem aos conflitos e as desigualdades sociais. Portanto, o Estado é fruto da divisão de classe ocorrido em consequências das

---

<sup>18</sup> A imprensa é pensada nesse sentido nos mesmos aspectos que o teórico Gramsci. Nisso ela funciona como uma hegemonia parcial, já que o mesmo afirma que no momento que há a intenção de estabelecer a hegemonia na sociedade, ocorrem ou podem ocorrer os movimentos contra- hegemônicos (GRAMSCI 2001).

relações desiguais dentro do sistema capitalista na dialética da história. Coutinho, numa referência a Marx, indica que o intelectual afirma que “a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão [de classe], garantindo assim que os interesses de uma classe particular se imponham como o interesse geral da sociedade” (COUTINHO, 2007, p.123-124, apud FREIRE, 2010, p. 21).

Para Marx só é possível entender o Estado por meio da sociedade civil – onde se encontra os interesses privados e as relações econômicas – assim como a natureza das suas leis, representações e caráter de classe<sup>19</sup>. A sociedade civil estaria apoiada no Estado, onde concentraria suas bases. Assim, Marx e Engels ressaltam que o Estado é: “a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época” (MARX E ENGELS, 2008, p.74).

Diante disso, a teoria de Estado dos pensadores citados acima foi de suma importância para entender os processos políticos ocorridos desde a década de 1950 no país. Naquela época, como vimos anteriormente, o Brasil já vinha sofrendo uma crise de autoridade e a falência do modelo político estabelecido no país após a subida de Vargas ao poder, o Populismo. A burguesia se assustou com o modo como a esquerda vinha se projetando no cenário nacional, reivindicando melhorias nos diversos seguimentos sociais. Isso permite verificar que a acumulação capitalista, possível pela adoção do modelo de desenvolvimento industrial brasileiro durante o período Vargas, molda nos anos seguintes um “bloco burguês” do capital multinacional e associado que no início da década de 1960 no país já tem grande respaldo no cenário nacional. Portanto, em 1964 há um “episódio de luta de classes” com a vitória do grande capital (BANDEIRA, 2001).

O surgimento dessa burguesia, portanto, organiza em 1964 um “bloco capitalista multinacional” de poder dentro do Estado. O que ocorreu exatamente em função da “conquista do Estado pelo capital multinacional” (DREIFUSS, 1981), por meio de um Golpe de Classe, cujo objetivo era manter os privilégios da burguesia e do capital estrangeiro, ameaçados pela instabilidade política e econômica do Governo João Goulart (1961 a 1964). Isto possibilita perceber que os projetos políticos e econômicos que foram implantados a partir de 1964 buscaram atender aos interesses burgueses e capitalistas. Os mesmos estavam

---

<sup>19</sup> Norberto Bobbio afirma que não há uma obra sobre teoria de Estado no pensamento de Marx e Engels. Para Bobbio, isso é explicado pelo fato desses pensadores possuírem uma visão negativa do Estado, o considerando um mecanismo passivo da classe dominante. O autor afirma ainda, que os posteriores pensadores marxistas, também não se preocuparam para com o entendimento do Estado nas obras dos ditos intelectuais, privilegiando os estudos em torno de como se dá a conquista do poder. Isso porque, perdura a concepção entre os mesmos de que finalizado o processo de ascensão ao poder, o Estado seria algo transitório (BOBBIO, 1979).

bem distantes do desejado pelo resto da população, que tinham ânsia por reformas que atendessem às suas necessidades.

Poulantzas desenvolve um conceito acerca do Estado, segundo o qual sua função é o de assegurar a dominação política de classe e os interesses da classe dominante, que se constituem de várias frações burguesas. O Estado, como afirmou o intelectual, teria por função garantir as condições econômicas para a acumulação capitalista dessas frações burguesas que o dirigem, impondo seus desejos. Sobre o Estado o pensador ressalta que:

Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder*, composto de várias frações de classe burguesa (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstanciais as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista (POULANTZAS, 2000, p. 128- 129, grifo do autor).

Nesse caso, na concepção sobre a articulação do poder e do conceito de Estado de Poulantzas, a classe possui uma posição fundamental. Nas relações capitalistas e na dinâmica entre os exploradores e os explorados situa-se a luta de classe. Nesse processo, é a classe dominante que exerce um poder dentro do Estado. Desse modo, Poulantzas afirma que a “organização, na perspectiva do Estado, da unidade conflitual da aliança de poder e do equilíbrio instável dos compromissos entre seus componentes, o que se faz sob a hegemonia e direção, nesse bloco, de uma de suas classes ou frações, a classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, 2000, p. 129).

No entanto, as forças produtivas do capitalismo não estão totalmente ligadas ao Estado, dando a este certa autonomia. Isso indica que na definição de Estado há uma relação de força entre as frações de classes que disputam o poder entre si. A autonomia do Estado existe justamente pelas lutas dessas frações existentes na sua ossatura. Mas isso não quer dizer que o Estado não possa exercer sua burocracia e apresentar medidas coerentes a essas frações burguesas.

Do outro lado, o intelectual ressalta: “Compreender o Estado como a condensação de uma relação de forças entre as classes e as frações de classe tais como elas se expressam no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado por contradições de classe” (POULANTZAS, 2000, p. 134). Ou seja, deve haver dentro da ossatura do Estado uma concessão material entre as classes exploradas e exploradoras necessárias para que haja a vigência do consenso dentro da sociedade.

René Dreifuss (1981) faz um minucioso trabalho indicando os indivíduos que assumiram as posições-chaves dentro do governo após o golpe de 1964 e conclui que majoritariamente se tratavam de industriais e banqueiros ligados aos interesses multinacionais o que “demonstrava o grau crescente de concentração de poder econômico e político” em suas mãos (DREIFUSS, 1981, p. 455). Durante o regime, os técnicos, banqueiros, industriais e ativistas do complexo IPES/IBAD ascenderam ao Estado e trataram de implantar um modelo de Estado que atendesse aos seus interesses.

As medidas ditatoriais articuladas e colocadas em prática pela ditadura com perspectiva de desenvolver e beneficiar o setor capitalista do regime é observado claramente nos planos econômicos elaborados, e que foram posteriormente implantados pela Ditadura Civil-Militar. Porém, de acordo com Dreifuss:

A aliança de dependência mútua entre Estado e as empresas privadas não tinha raízes apenas no aprofundamento do processo capitalista mas, em termos de bem concretos, na presença desses interesses no Estado, assegurando assim as garantias políticas indispensáveis à reorganização e ao controle da sociedade e da economia (DREIFUSS, 1981, p. 455).

A justificativa para a adoção de um modelo autoritário de capitalismo de Estado foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Por meio desta, o regime legitimou o controle da sociedade e a montagem de um Aparato Repressivo e a adoção de uma política econômica de acordo com seus princípios para garantir a segurança e o desenvolvimento do país.

Em referência a Poulantzas, Vinícius Eduardo Ferrari destaca que o teórico afirma: “a fração hegemônica – cujos interesses estão condensados nos centros decisórios estatais dominantes – procura utilizar-se destes órgãos estatais para impor seus interesses em relação aos intentos dos demais grupos capitalistas” (FERRARI, 2012, p. 19).

Nesses termos, a contribuição do pensamento político gramsciano se faz de grande importância para a análise daquele contexto no Brasil. A classe capitalista para se articular dentro do aparato estatal precisa se dispor de mecanismos amplos e diversos. É na teoria de Estado Ampliado e, principalmente, no conceito de Aparelho Privado de Hegemonia de Gramsci, que é possível entender melhor a forma como a burguesia se utiliza dessas ferramentas para tornar seus projetos políticos consensuais.

### **1.3- Ditadura Civil-Militar e Gramsci: Uma Interpretação**

Como já demonstrado anteriormente, a partir do conceito de Estado de Segurança Nacional, busca-se associar o estabelecimento da DSN fazendo uma conexão direta entre os termos que perpassou as medidas tomadas pelo regime para impor seu projeto político e econômico no país que estavam sustentados pela ideologia de “segurança” e “desenvolvimento”. Isso permitiu que durante a ditadura o país vivesse sob um assíduo autoritarismo que no Governo Médici esteve acentuado.

Médici se beneficiou do fortalecimento do Estado ocorrido nos anos anteriores, cujo crescimento econômico possuía seu principal objetivo. No governo do dito presidente foi exatamente o período em que houve a euforia do crescimento econômico e, também, a ampliação das medidas de segurança. No entanto, o momento de crescimento permitiu que os golpistas buscassem legitimidade por meio do modelo de desenvolvimento adotado e cobrisse as contradições do governo advindo da violência do autoritarismo de Estado, que não menos, também, buscava legitimar-se, já que no discurso oficial para que a democracia fosse garantida a estabilidade política era essencial.

Portanto, para se entender os meios consensuais e de coerção pelo qual o regime se manteve, focando os anos do Governo Médici, o objetivo deste texto é apresentar alguns conceitos gramscianos que norteiam esta pesquisa. Neste estudo buscou-se empreender uma leitura sobre o conceito de Estado Ampliado no pensamento político de Antônio Gramsci como forma de ajudar nas análises das fontes selecionadas para a execução da pesquisa. Pois, aqui, a monografia trabalha com o conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia do teórico, o que só pode ser entendido a partir da exposição de outros conceitos, considerados chaves em seu pensamento político.

Para o uso dos conceitos deste teórico, se faz necessária uma incursão breve sobre a figura de Gramsci e a importância da sua obra para os dias atuais, bem como a tentativa de aproximar seus conceitos ao período estudado e o valor para o entendimento das relações entre Estado e sociedade. Falando brevemente da trajetória de Gramsci, ele nasceu em 1891 na Sardenha, Itália, foi um pensador marxista defensor da Revolução bolchevique de 1917 e um ativista da esquerda, co-fundador do Partido Comunista Italiano (PCI), em 1921. Preso pelo Facismo italiano, em 1926, à época em que já era um dos principais dirigentes do partido, Gramsci, manteve suas posições políticas e ideológicas até sua morte, em 1937.

A obra de Gramsci é resultado da sua intensa reflexão e militância política do período em que viveu. Antes da prisão os escritos de Gramsci se constituem eminentemente por artigos e textos jornalísticos. É no período em que esteve preso que o teórico escreveu diversas obras, que ficaram conhecidas como "Cadernos do Cárcere" ou "Cartas do Cárcere".

A importância e o reconhecimento atribuídos às obras de Gramsci são imensos. As reflexões feitas em suas obras sobre as relações entre Estado e sociedade, de forma crítica e histórica dos mecanismos sociais, em especial, aqueles contidos nos “Cadernos do Cárcere” se mostram ainda eficazes para se pensar a sociedade contemporânea. Segundo Carlos Nelson Coutinho, Gramsci “é um intérprete do nosso tempo” e sua importância:

Resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje. Um de seus temas centrais foi o capitalismo do século XX, suas crises e contradições, bem como a morfologia política e social gerada por essa formação social; nesse particular, os problemas que ele abordou continuam presentes, ainda que, em alguns casos, sob novas formas (COUTINHO, 1998, p. 15).

A contribuição do pensamento político de Antônio Gramsci ultrapassa o campo acadêmico e político. A esfera da extensão dos seus estudos ultrapassa a área das ciências humanas colaborando até mesmo na esfera da literatura, da arte, dentre outros domínios de análise (COUTINHO, 1998).

O estudo do intelectual sobre Estado envolve outros conceitos fundamentais trabalhados pelo teórico como: “Sociedade Política”, “Sociedade Civil”. Por meio dessas concepções ainda se articulam os conceitos de “Aparelhos Privados de Hegemonia”, “Consenso”, “Hegemonia”, entre outras formulações teóricas. Atualizar seus conceitos ao contexto da Ditadura Civil-Militar no Brasil se faz imprescindíveis para entender aquele período. Porém, especificamente, o Governo do General Médici, marco temporal no qual o trabalho está pautado.

Dessa forma se faz também necessário explicar como estão estruturados os conceitos elaborados por Gramsci. No pensamento gramsciano de Estado Ampliado<sup>20</sup>, este seria formado pela Sociedade Política e Sociedade Civil<sup>21</sup>, em que a diferença entre as duas seria meramente metodológica, já que estão unidas “organicamente” (GRAMSCI, 1975. III, Q.13, p.1590 apud FREIRE, 2010, p.41). Assim, sobre a teoria de Estado Ampliado o autor destaca:

---

<sup>20</sup> O pensamento de “Estado Restrito” em Gramsci está pautado na “sociedade política” que seria parte do aparato do governo do Estado, em que a supremacia se dava unicamente pela constituição de um aparato de coerção sobre os indivíduos (COUTINHO, 1989).

<sup>21</sup> A Sociedade Civil teria se desenvolvido nas sociedades “Ocidentais”, onde haveria entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil um equilíbrio, “o que implicará em se travar a luta de classe tendo como terreno prévio e decisivo os Aparelhos Privados de Hegemonia, isto é, a conquista do consenso da sociedade em torno de um projeto alternativo ao hegemônico” (FREIRE, 2010, p.47). Enquanto, nas sociedades “Orientais” a luta de classe se articula com o objetivo de manter o Estado por determinada classe, já que nessas não houve o desenvolvimento da Sociedade Civil (FREIRE, 2010).

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história do Estado e dos grupos de Estado. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente forma: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2004, p. 2287-2288, apud CARMO, 2007, 05).

Nesse caso, o poder estatal se expressa, muito além dos aparelhos repressivos e coercitivos. Esse poder se consolida, em outros aspectos, no setor ideológico e cultural presentes no que Gramsci chama de Sociedade Civil, âmbito em que ocorre a hegemonia dos grupos dominantes por meio do consenso e da direção político-ideológica dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Desse modo, a Sociedade Civil seria o “conjunto dos organismos chamados ‘privados’ e que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade”. (GRAMSCI, 1977, p. 1518, apud SIMIONATTO, 1998, p. 53).

Nesse campo, a luta de classe tem o objetivo da competição pelo poder político e ideológico do consenso e da hegemonia dos Aparelhos Privados dentro da sociedade. Desse modo, é através do consenso estabelecido dentro dos “Aparelhos Privados de Hegemonia” que os projetos da burguesia são implantados e conservados, mantendo sua dominação política e ideológica sob a classe dominada. Assim, “não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social” (GRAMSCI, 1977, p.78, apud SIMIONATTO, 1998, p. 55).

Essas organizações ideológicas que são: os sindicatos, as Igrejas, as escolas, os partidos políticos, os meios de comunicação, dentre outros, formam os chamados “Aparelhos de Hegemonia”. Por meio deles, o Estado burguês garante a dominação ideológica e o controle da classe subalterna por meio do consenso. Nessa perspectiva, estipula que o Estado tem a tarefa – por meio do consenso – de anexar as classes subalternas ao projeto político e capitalista.

Para Gramsci a dominação de classe é determinada pela dominação cultural. Nisso a escola é um instrumento essencial no direcionamento da cultura, assim como o rádio, o cinema, o teatro e outros. Dessa forma, o Estado tem a obrigação de atuar nos campos dos serviços públicos intelectuais, como: museus, teatro, biblioteca, etc., visando estes objetivos.

O Estado também possui a tarefa de preparar os cidadãos que atuam no processo de produção, educando os indivíduos nesse sentido. Assim, explica que o Estado atua como mecanismo para “adequar a sociedade civil à estrutura econômica”. Ou seja, o econômico precisa de um aparato político-jurídico para sustentar ou manter sua estrutura. Nesse sentido,

a participação dos intelectuais, no pensamento de Gramsci, possui uma função primordial nesse sistema. Os intelectuais garantiriam a hegemonia do Estado pela sua capacidade de direção através da atuação no campo das ideias e da cultura no âmbito social.

As análises sobre a teoria e os conceitos trabalhados pelo intelectual se tornam imprescindíveis para nortear a análise da fonte de estudo aqui trabalhada, *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*. A Ditadura de Segurança Nacional e Desenvolvimento implantado em 1964 pela ação dos militares e setores ligados ao grande capital souberam com destreza se amparar no aparato repressivo (coerção) e, também, no aparato de propaganda política, tanto oficial (caso da AERP) quanto privado (inúmeros meios de comunicação privado) para manter seus projetos políticos e econômicos no país (projeto burguês).

Durante o Governo do General Emílio Garrastazu Médici, essa faceta de condução dos mecanismos articulados pelo Estado na implementação de suas políticas autoritárias em termos políticos e econômicos se fez bastante clara durante o período em que a pesquisa está pautada. O Jornal aqui analisado, como será mostrado no último capítulo deste trabalho funcionou como um “Aparelho Privado de Hegemonia” no conceito gramsciano, que por meio de suas publicações diárias buscou tornar o projeto do regime hegemônico na sociedade ludovicense.

#### **1.4- Política, Imprensa e Poder: *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* e o vínculo com a Política Local**

A relação entre política, poder e imprensa são indissociáveis uma da outra e sempre andaram juntas no Brasil. No entanto, o jornalismo sempre fez e continua a fazer uso do argumento de que é imparcial. Porém, suas publicações estão impregnadas de parcialidades e discursos tendenciosos. Mesmo porque, essas empresas de jornais têm ligações com o grande empresariado e possuem ligações com os setores dominantes, reacionários e mais conservadores da sociedade. Essa classe tende a recorrer à imprensa a fim de tornar seus discursos hegemônicos.

Segundo Maria Helena Capelato, “nos vários tipos de periódicos e até mesmo em cada um deles encontramos projetos políticos e visões de mundo representativos de vários setores da sociedade” (CAPELATO, 1988, p.34). Os jornais são instrumentos pelos quais os interesses políticos são propagados. Assim, trabalhar a imprensa como objeto historiográfico é de suma importância para o campo da História política. É pelos meios de comunicação que o poder, através dos projetos políticos, tornados hegemônicos, são legitimados.

Este texto trabalha exatamente nesta perspectiva de interpretação. O objetivo aqui é analisar o governo Médici no *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* se debruçando sobre a estrutura organizacional do impresso e análise dos editoriais do periódico. Neste há sempre uma “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso” (RODRIGUES, 1968, p. 198). É, de fato, o artefato em que se encontra o posicionamento institucional do jornal.

Nesse sentido, a fim de entender os trâmites políticos e o papel exercido por este periódico nesse momento do regime ditatorial, é necessário interpretar os interesses contidos dentro desse Aparelho Privado de Hegemonia. Os jornais têm um papel importante para formar opiniões sobre aspectos políticos, econômicos e sociais. Assim como interpreta Maria Capelato e Lígia Prado em seus trabalhos com a imprensa, aqui, também se entende que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem. (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 19).

Portanto, para compreender a importância da problemática histórica deste objeto de estudo é preciso entender como um jornal atua, sendo ele um aparelho de hegemonia da Sociedade Civil, de acordo com o conceito gramsciano que é aqui utilizado. Conforme Tania De Luca a “imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (LUCA, 2010, p.139). Nesse sentido, muitos veículos da imprensa brasileira apoiaram o regime civil-militar durante o período em que vigorou no país e lhe deram sustentação política. Assim, os usos que o regime ditatorial fez dessa ferramenta não poderia ser mais atrativo para realizar a produção historiográfica.

A imprensa atua como agente partidário que busca legitimar culturas ou projetos políticos de determinadas classes ou grupos. No entanto, como afirma José Emiliano “partidários não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender” (EMILIANO, 1996, p. 15). É nesse sentido que o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* é apresentado como instrumento dessa ditadura civil-militar. Pois, de acordo com Karina Rodrigues Dias “a ação partidária associa-se ao fato de a imprensa encaminhar projetos, propostas e visões de mundo sob o rótulo de ‘informar’, camuflando seu caráter partidário” (DIAS, 2013, p.15).

Desse modo, as características ideológicas do jornal aqui em análise, mostra como sua estrutura e seus editoriais buscaram consolidar o projeto de governo dos que estavam no poder durante o estado de exceção. O posicionamento do jornal politicamente produtor de uma ideologia e concordância com o regime visava transmitir ao leitor muito mais que informações imparciais. O impresso desde o início do golpe só se referia ao regime como sendo uma “revolução democrática”.

Nesse sentido, a fim de entender os trâmites políticos e o papel exercido por este periódico nesse momento de regime ditatorial, é necessário interpretar os interesses contidos dentro desse Aparelho Privado de Hegemonia. Logo, faz-se necessário uma incursão breve a respeito do grupo político a qual o jornal aqui trabalhado estava ligado na época.

Primeiramente, o ano de fundação do *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* considerado pelo Sistema Mirante de Comunicação é o de 1959, quando Alberto Aboud compra o impresso de Alexandre Costa. É, também, nesse período que a Empresa Jaguar LTDA passa a se responsabilizar pelos serviços gráficos do periódico. No entanto, de acordo com Ramon Bezerra Costa (2008), o Jornal circulava em São Luís desde 1953, fundado por um grupo político ligado a classe conservadora do Estado, e desde o início suas publicações possuíam um caráter político.

Essa perspectiva política do impresso foi continuada quando Alberto Aboud torna-se dono do periódico, afinal, este se tratava de um político eleito deputado estadual e federal, respectivamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) em fins da década de 1950 e início da década de 1960. O mesmo pertencia a uma rica família de empresários libaneses. Ou seja, muito conveniente para seus interesses políticos e econômicos possuir um veículo de comunicação. Aboud, após o golpe de 1964 filia-se a ARENA, e por meio desse partido é reeleito ao cargo de deputado.

Portanto, não é de surpreender que este jornal tenha tido uma perspectiva de apoio a ditadura civil-militar desde o início do golpe como foi possível observar durante a pesquisa em suas publicações nos primeiros anos de regime. Esta postura foi mantida pelo impresso nos anos seguintes, até porque, seu futuro dono – José Sarney – ascende ao poder do Estado justamente com a ajuda dos golpistas de 1964, e se tornaria presidente da ARENA no Maranhão em fins da década de 1970. Assim, o impresso muda de dono, porém, não de direcionamento ideológico.

Algo importante a desenvolver brevemente neste trabalho está relacionado ao grupo político que ascendeu ao poder político do Estado em 1966 e o direcionamento do jornal em função do contexto histórico estadual e nacional. Wagner Cabral da Costa (2001) destaca três

fatores importantes que influenciaram diretamente nas eleições governamentais de 1965 que levou a vitória de José Sarney pelas Oposições Coligadas e a derrocada do Vitorinismo no Maranhão<sup>22</sup>. O historiador afirma que primeiramente a repressão levada a cabo logo após o golpe retira de cena os políticos de esquerda como Maria Aragão e Neiva Moreira deixando o cenário livre para um político de posição centrista coligado pela União Democrática Nacional (UDN) se projetar no Estado com uma campanha que levava o *slogan* “Maranhão Novo”. Em segundo, havia dentro do Vitorinismo uma cisão gerada a partir de uma divergência dentro do PSD entre Vitorino Freire e o então atual líder do governo, Newton Bello, ambos visionavam o controle do partido e o apoio político dos golpistas com perspectivas de se manterem no poder e eleger um governador que mantivesse seus respectivos interesses dentro do aparato do poder da política local. Assim, enquanto Vitorino Freire tinha a figura de Renato Archer para a sucessão, Newton Bello apoiava a candidatura de Costa Rodrigues. A cisão levou muitos coronéis do interior a se posicionar do lado da chapa das Oposições Coligadas enfraquecendo o grupo político de Vitorino Freire. Por último, a chegada de Sarney ao poder teve diretamente o apoio do primeiro presidente militar do Brasil, Marechal Humberto Castelo Branco. Nesse processo, Costa afirma que a ajuda financeira, a revisão eleitoral, a convocação das tropas do exército para assegurar o processo eleitoral conforme as expectativas do interesse estadual e nacional permitiram a vitória das Oposições Coligadas e o fim da oligarquia vitorinista no Maranhão.

Era o início de um grupo político que se tornaria hegemônico no Estado. O Maranhão foi anexado nesse processo ao projeto de integração nacional da Ditadura Civil-Militar. O *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* narrou cada embate da aliança de reciprocidade entre a política nacional do regime e a política local durante os anos de ditadura no Brasil, afinal, anos mais tarde depois do golpe de 1964, o próprio Sarney – presidente da ARENA – se tornaria dono do impresso.

Desse modo, o objetivo desta monografia é analisar o posicionamento dos editoriais do *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* sobre o governo do presidente em questão. A pretensão é de identificar a construção de uma ideologia em prol do regime civil-militar na sociedade local por meio das verificações da ideologia que o impresso buscou construir sobre

---

<sup>22</sup> A oligarquia de Vitorino Freire governou o Maranhão durante vinte anos, entre 1945 a 1965. Este período entrou para a historiografia maranhense com o nome de Vitorinismo. Esta oligarquia chega ao fim nas eleições para governador em 1965, com a inserção de José Sarney (1966 a 1971) ao governo do Estado. Sarney, juntamente com o grupo das “Oposições Coligadas” contesta a política do Vitorinismo. Para isso, o político também teve o apoio do governo golpista que tomou o poder em 1964 no país. Neste momento, já pertencendo ao partido da UDN, Sarney vence o pleito com sua campanha que levava o *slogan* de “Maranhão Novo” (MARTINS, 2008).

a figura do presidente Médici, o desenvolvimento do país, notadamente o “milagre” e do estado vigente na época.

Portanto, para compreender melhor o objeto de estudo, alguns apontamentos conceituais de Gramsci são importantes, como elencado acima. Pois suas teorias permitem entender o aglomerado dentro do Estado e os mecanismos pelos quais seus projetos se tornam hegemônicos na sociedade. Pois, conforme Gramsci, “os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são esses jornais que asseguram a existência do capitalismo o consenso e a força física dos pequeno-burgueses e dos imbecis” (GRAMSCI, 2006b, p.78). Assim, os jornais como “formadores de opinião” estiveram ativos nesse processo como portadores da classe dominante no período. Como afirma Gramsci: “Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante” (GRAMSCI, 2005, s/p). Dessa forma, a concepção de que a imprensa é um aparelho privado de hegemonia é primordial para o direcionamento das análises.

## CAPÍTULO 2

### GOVERNO MÉDICI E “SEGURANÇA”: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

Quando o assunto é ditadura no Brasil, é muito comum, dentre várias, lembranças em torno do “milagre econômico brasileiro”, do tricampeonato da seleção de futebol na copa de 1970 no México ou mesmo *slogans* do tipo: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém mais segura esse país”. E não menos o nome de um dos presidentes mais famosos que o regime tivera: Emílio Garrastazu Médici.

Talvez este tenha sido um dos governos que mais se utilizou da propaganda política para legitimar suas ações além de ser também o governo mais controverso que o regime de exceção apresentou durante sua vigência no país. Controverso, porque foi durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici que o Brasil viveu o período mais repressivo da Ditadura de Segurança Nacional. A repressão foi legitimada ao longo do regime, e no Governo Médici esteve no seu auge, como será demonstrado na exposição do capítulo. Porém, foi também nesse governo, que a ditadura tivera os anos de maior desenvolvimento e crescimento econômico desde o golpe de 1964. Pelo menos foi esta a imagem que o governo buscou construir na propaganda oficial e nos Aparelhos Privados de Hegemonia que apoiavam e compartilhavam a ideologia da ditadura. Ou seja, “juntamente com o porrete, oferecia-se a cenoura” (SKIDMORE, 1988, p. 215). Porém, o crescimento econômico não significou melhor distribuição de renda no Brasil<sup>23</sup>. O dito progresso que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, nada mais foi que uma ideologia construída e reforçada constantemente pela propaganda oficial do regime com intenção de legitimar as suas ações autoritárias.

Numa perspectiva gramsciana de Estado Ampliado, a coesão de um modelo de estado é feita a partir da coerção, em que são usados os meios coercitivos de repressão política, e do consenso, em que é usada a propaganda ideológica. Assim, na conjuntura do contexto aqui analisado foi constatado que nenhum governo durante o regime civil-militar apresentou estruturas tão claras de sustentação e manutenção de poder como o governo Médici.

Durante seu mandato, o presidente Médici se amparou nos dois modelos para governar o país, isto é, a coerção e o consenso. Thomas Skidmore destaca que “o novo governo transmitiu a mensagem de que o Brasil estava velozmente se transformando em potência

---

<sup>23</sup> A expressão “Milagre Econômico” trata-se de uma ideologia que pretendia legitimar o regime. Na prática, seus efeitos sobre a população foram diversos. Enquanto, os índices das taxas de crescimentos disparavam, a concentração de renda e as desigualdades sociais aumentaram consideravelmente (ALVES, 1984).

mundial, graças aos 10 por cento anuais de crescimento econômico e à intensa vigilância do governo contra os negativistas e terroristas.” (SKDMORE, 1988, p. 221).

Médici juntamente com sua equipe de governo soube com destreza se utilizar do Aparato Repressivo que foi montado ao longo da ditadura sob o auspício da “segurança”, bem como, da propaganda política, tanto no órgão oficial de imprensa do governo, quanto por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia para implantar o projeto político e econômico com pretensões de desenvolver o país. Na verdade:

As tentativas de definir novos instrumentos de legitimação do regime multiplicaram-se durante o período Médici, apoiando-se no binômio segurança nacional/desenvolvimento. A tendência era condicionar, cada vez mais, a legitimidade do governo ao seu grau de eficiência na esfera econômica e financeira. A vigência do “milagre” entre 1968 e 1974 forneceu o suporte a este processo (MENDONÇA E FONTES, 2001, p. 49).

No período que Médici governou estava em vigência o AI-5 e todo o conjunto dos atos implantados pelo regime, assim como os decretos-leis e a Lei de Segurança Nacional (LSN) sancionada em 1969. Esses legitimaram a repressão e todo o autoritarismo de estado que se materializou nas ações tanto coercitivas quanto nas decisões políticas e econômicas do regime Civil-militar.

Essas ações eram divulgadas na propaganda oficial como necessárias para restabelecer a democracia e desenvolver a economia do país. Na verdade, “a propaganda ideológica foi peça fundamental para a ditadura militar naquele momento buscar um consenso em torno do seu projeto de “desenvolvimento”” (MARTINS, 1999, p. 13). Um projeto de crescimento que tem um espaço de discussão neste capítulo mais à frente.

## **2.1- Ascensão de Médici à Presidência da República**

Nascido na pequena cidade de Bagé no estado do Rio Grande do Sul, Médici assume a presidência da República, em 25 de outubro de 1969, por uma sessão conjunta do Congresso. O futuro presidente do Brasil assumiria em circunstâncias peculiares. Arthur da Costa e Silva (1967 -1969) havia se afastado provisoriamente do governo, em função da trombose cerebral que tivera em agosto de 1969.

No decorrer da sua carreira Médici assumiu cargos importantes. Foi chefe do Estado Maior, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), comandante do Terceiro Exército,

delegado brasileiro na Junta Interamericana de Defesa Brasil–Estados Unidos e finalmente assume o cargo mais importante do país, o de presidente, em 1969.

Pela Constituição de 1967, com o afastamento do presidente Arthur da Costa e Silva seu vice deveria assumir imediatamente. No entanto, o vice do presidente havia sido contra o AI-5 em 1968, portanto, pouco confiável pela junta do Alto Comando. Desse modo, em setembro de 69 Arthur da Costa e Silva é substituído pelo Alto Comando das Forças Armadas, por meio do Ato Institucional nº 12 (AI-12) composta pelos ministros Augusto Hamann Rademaker Grunewald, da Marinha, Aurélio de Lira Tavares, do Exército, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica que impede o vice-presidente Pedro Aleixo de assumir a presidência.

É nesses mesmos termos que o Ato Institucional nº 17 (AI-17) é sancionado. A pretensão era afastar os militares que resistiam à posse de Médici ao cargo de chefe de estado. Assim, finalmente com o Congresso reaberto, que havia sido fechado após o AI-5, Médici e Rademaker Grunewald são eleitos à presidente e vice-presidente do Brasil, respectivamente.

Com a Emenda Constitucional nº 01, denominada de “Constituição da República Federativa do Brasil”, que incorporava à Carta de 1967, o AI-5 e os atos ou medidas de exceção que lhe sucedeu, o então presidente eleito teria plenos poderes para dispor-se de um articulado aparato repressivo para combater os opositores do regime e implantar sua política econômica.

No período em que Médici governou, a estrutura do regime de exceção estava aparelhada para que o chefe de estado pudesse utilizar-se de plenos poderes para governar o Brasil. Os usos dos mecanismos para combater o dito terrorismo e desenvolver a economia estavam amparados na Ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

## **2.2- Ditadura de Segurança Nacional e as Medidas de Controle: Os Antecedentes Históricos**

No decorrer dos anos, o regime montou e aperfeiçoou um aparato repressivo que possuía uma organização de estrutura eficaz e funções diferenciadas dentro do aparato do Estado ditatorial. O “Terror de Estado” (PADRÓS, 2007) foi um mecanismo usado para instaurar as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil no pós-golpe.

É verdade que todos os países que viveram sob essa violência do “Terror de Estado” nas décadas de 1960 a 1980 de diferentes maneiras se dispuseram de mecanismos de controle da população como forma de manter o regime. O aparato repressivo foi gestado e fortalecido

no decorrer da ditadura e sua montagem esteve pautada nos princípios da “segurança nacional”. O objetivo era implantar a DSN que tinha pretensões de garantir a acumulação capitalista. Desse modo, a DSN visava “defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares” (PADRÓS, 2007, p. 42).

Com essa finalidade, grupos insatisfeitos ou “subversivos” a ordem pública e que pudessem apresentar perigo à conservação do governo ditatorial deveriam ser reprimidos. Assim, Padrós ressalta que a Doutrina de Segurança Nacional, ideologia que legitimou as ações antidemocráticas do regime, “apontou, da mesma forma, a existência de um ‘estado de guerra permanente’ contra um (suposto) ‘inimigo interno’, que podia ser toda pessoa ou organização armada, política ou social de oposição aos interesses da ordem vigente” (PADRÓS, 2007, p. 46).

Para efetivar tal objetivo toda a supressão da liberdade e do direito constitucional de cada cidadão deveriam ser tolerados em função da realização de um bem maior a população, a defesa do país contra o inimigo interno. Sua função, segundo o discurso oficial, era evitar o “perigo” da revolução comunista no Brasil. Assim, os grupos mais visados de possível subversão a ordem eram os estudantes, jornalistas, professores, líderes sindicais ou elementos da esquerda, artistas e, especialmente, os guerrilheiros de esquerda<sup>24</sup>.

Padrós (2007) destaca que as bases da DSN terminaram por aniquilar o sustentáculo em que a democracia se apoiava. A ditadura já no primeiro ano lançou as bases do aparelho coercitivo do Estado e a aplicação legal para o estabelecimento da Doutrina de Segurança Nacional. Prontamente no pós-golpe atitudes com a justificativa de restabelecer a democracia e formas de controlar os chamados “subversivos” foram tomadas no recente governo ditatorial apresentando elementos repressivos contra qualquer tipo de oposição ao novo governo.

Foi nesses termos que no governo Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), até então Chefe do estado Maior do Exército e primeiro militar a assumir o cargo de presidente da república, foram tomadas medidas arbitrárias e justificadas pela necessidade de combater o “inimigo interno” para restabelecer a segurança, a democracia e o desenvolvimento econômico do país. Nessa perspectiva, foram realizadas ações no sentido de dispor de mecanismos repressivos sobre aqueles que se demonstrassem contra o regime.

---

<sup>24</sup> Nessa lógica, uma pichação, uma greve, uma visita de um indivíduo a um comunista e qualquer movimento nesse sentido, poderia ser considerado como suspeito de subversão para a comunidade de informação, “em resumo, elegia-se o suspeito e providenciava a culpa depois (FICO, 2003, p. 182).

Antes mesmo da posse de Castelo Branco e poucos dias depois do golpe, é sancionado o Ato Institucional nº 1 (AI-1). A pretensão do ato era combater a atuação dos grupos de esquerda que vinham tomando espaço durante o governo de João Goulart. Nesse sentido foi realizada uma “Operação Limpeza” e uma série de expurgos a setores civil e militar em diversas partes do país. Além, dessas medidas, os golpistas objetivavam institucionalizar o golpe e, também, estabilizar a economia. Nessa perspectiva Carlos Fico destaca que: “A história do período também pode ser vista a partir da trajetória dos militares conhecidos como integrantes da linha-dura” que “ansiavam por maiores prazos para completar os expurgos iniciados em 1964, a chamada Operação Limpeza”. (FICO, 2003, p. 174).

Seguiram-se nos anos seguintes uma sucessão de atos institucionais, assim como a organização de um eficaz aparelho de repressão. O que demonstra como em 1964 o “legalismo golpista era artificial” (NAPOLITANO, 2014, p.16). Dessa forma, no mesmo ano do golpe foi editada a Lei Suplicy, que colocava sob o controle do Estado de Segurança Nacional todas as instituições estudantis, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais de Estudantes, dentre outras instituições.

As ações arbitrárias continuaram ao longo do regime. Em 1965, quando o resultado das eleições dá a vitória à oposição nos Estados da Guanabara e em Minas Gerais, o governo decreta o Ato Institucional nº 2 (AI-2). O objetivo era fazer uma reforma e controlar o processo eleitoral para retirar de cena os atores da democracia populista e tornar a vitória eleitoral da esquerda mais difícil ou mesmo inviável. A partir de então, haveria apenas dois partidos atuando nas disputas eleitorais, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – o partido do regime – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – o partido da oposição.

Agora o país viveria sob uma bipolarização de partidos. É claro que o regime poderia, simplesmente, ter aniquilado todos os partidos da oposição, porém, buscava na bipolarização partidária uma legitimidade política. A pretensão era passar a ideia de que o país vivia em uma democracia. No entanto, com a ditadura instalada, havia iniciado os anos mais nefastos da História do Brasil.

Este modelo de estado teria sido reforçado após o decreto do Ato Institucional nº 05, que segundo Maria Helena Moreira Alves, teve por consequências mais grave abrir “o caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional” que já vinha sendo estruturada desde o golpe de Estado em 1964 (ALVES, 1984, p.135).

### **2.3- O AI-5**

A edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968 no governo do general Arthur da Costa e Silva representou a institucionalização, de fato, da repressão e da tortura no país. Com as especificações do documento agora:

Fechava o Congresso por tempo indefinido. Suspendiam-se todas as garantias constitucionais e individuais. Em todo o país, o exército procedeu a manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes ideológicos eram presos aos milhares (ALVES, 1984, p. 131).

Com vigor até 1978, o ato validou qualquer ação do regime sob a justificativa de defender a democracia brasileira, que segundo a versão oficial, estava ameaçada pelos “subversivos” comunistas. Portanto suas medidas eram autênticas e tinham o objetivo de garantir a segurança democrática do Brasil, afinal:

Como nas demais experiências contemporâneas, o discurso do golpe no Brasil se estruturou em torno de uma suposta ameaça à legalidade, à segurança nacional e ao povo de forma geral, ameaçados pelo ‘perigo vermelho’ e pelo ‘caos’ vigente na sociedade de então. A ‘revolução’ foi instaurada em nome do povo para assegurar ‘seus interesses’ e protege-los do comunismo. (SAHD, 2014, p. 25).

No ano de 1968 ocorreram muitos movimentos no país. Por exemplo, as greves dos metalúrgicos em Contagem em Minas Gerais e Osasco em São Paulo. Além disso, houve um grande movimento no seio da sociedade, em que a classe dos estudantes, da classe média, dos trabalhadores e até de setores da Igreja católica aderiram aos movimentos sociais que reivindicavam mudanças específicas no Brasil. À atuação desses setores alertou os golpistas que logo buscou no endurecimento do regime uma solução para o contexto.

Foi nessa perspectiva que a historiografia da memória dos militares construiu um discurso, segundo o qual, o governo ditatorial havia baixado o AI-5 como uma reação à radicalização dos movimentos de esquerda, nos anos de 1967-1968. Mas esta justificativa se torna inviável, tendo em vista que a rede de repressão do Estado ditatorial já vinha sendo articulada desde a implantação do golpe de Estado em 1964 (FICO, 2003).

O mesmo se aplica a interpretação de muitos historiadores que afirmam que o episódio de 1968 representou “um golpe dentro do golpe”. Pois, desde o princípio, o regime apresentou uma posição agressiva aos contrários do governo. Assim, ponderar tal interpretação, seria desconsiderar ou pelo menos amenizar o contexto de repressão vivido no país logo depois do golpe.

No entanto, não dá para negar que a partir do AI-5 tenha se concluído um ciclo de institucionalização do aparato coercitivo do regime que vinha sendo gestado desde o princípio de 1964. É nesse sentido que Maria José de Rezende afirma que “o terreno para a instalação do terror foi se preparando durante o ano de 1968. Os líderes sindicais tidos como esquerdistas eram perseguidos e os sindicatos desmantelados em nome da institucionalização do movimento de 1964 e de uma fictícia normalidade democrática” (REZENDE, 2013, p. 90).

O Ato Institucional nº 05 concebeu mudanças profundas no Aparato Repressivo do Estado. Isso teve reflexão direta no arquétipo de “capitalismo autoritário” articulado pelos golpistas, pois, agora “o modelo de desenvolvimento econômico poderia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo” (ALVES, 1984, p. 135).

#### **2.4- Outras Medidas de Controle e Coerção no Governo Médici: A Institucionalização da Repressão**

Com o objetivo de controlar as instituições da sociedade civil, seguiu-se ao AI-5 a promulgação de inúmeros atos institucionais, atos complementares e decretos leis. A partir de então o AI-5 e as outras medidas ditatoriais do regime, a repressão e a tortura estavam institucionalizados no país.

Ainda em 1969 são baixados o Ato Institucional nº 13 (AI-13) e o Ato Institucional nº 14 (AI-14) com o objetivo de reforçar a punição aos ditos subversivos, seguindo posteriormente a outras medidas com perspectivas de manter a segurança do país. Os golpistas justificaram a medida e punições cada vez mais severas nos anos que seguiriam, principalmente durante o Governo Médici, pela atuação agressiva da guerrilha. Naquele ano de 1969, a organização de luta armada Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por exemplo, estava operando na fuga de presos políticos, em assaltos a armas do exército e a bancos a fim de manter a organização em vigor. Antes do afastamento de Costa e Silva, também, a Ação Libertadora Nacional (ALN) juntamente com o Movimento Revolucionário oito de Outubro (MR-8) realizam o sequestro a um embaixador dos EUA Charles Burke Elbik.

Nesse mesmo período, medidas com pretensões de controlar a imprensa também foram ratificadas, inclusive, com censura prévia aos órgãos de imprensa e comunicação. Além disso, houve a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN) em 29 de setembro e a

outorga da Emenda Constitucional ou Constituição de 1969, ambas no mesmo ano. A Constituição de 69 dava plenos poderes ao executivo para garantir a dita segurança, ao mesmo tempo em que inviabilizava os direitos e liberdade de organizações políticas e setores da sociedade civil. Enquanto a Lei de Segurança Nacional segundo Alves (1984) materializou efetivamente o conteúdo teórico da Ideologia de Segurança Nacional no país. Agora a repressão estava efetivamente legalizada.

Nesse cenário, o Estado possuía amplos poderes para atuar de forma arbitrária sob qualquer indivíduo ou grupos que apresentasse oposição ao regime. Alves destaca que com a Lei de Segurança Nacional de 1969 “na realidade deixaram de existir no Brasil as liberdades de reunião, associação e imprensa. Seus dispositivos constituíram o principal instrumento da repressão política, tornando-se a própria base do poder de Estado” (ALVES, 1984, p. 159).

Isso porque essa lei buscou inibir a liberdade de organização dos indivíduos, cujo objetivo estava expresso e consolidado em ações efetiva. Dessa forma, seus artigos tratavam, por exemplo, do controle da imprensa, da proibição de partidos políticos, da prevenção de greve, dentre outros mecanismos de controle. Assim, Rezende destaca que “delineava-se o fechamento do regime e/ou a centralização do poder que tomou sua forma mais acabada no Governo Médici (1969-1973), no qual ocorreu o fortalecimento do ‘sistema’” (REZENDE, 2013, p. 89).

No Governo Médici uma medida bastante autoritária foi imposta em novembro de 1971 quando são baixados os decretos-leis secretos. A partir da promulgação destes decretos muitas pessoas poderiam ser presas sem ao menos ter consciência de que sua ação era considerada “subversiva” aos olhos do regime. Isso porque o conteúdo de tais decretos não era divulgado ao público.

Todas as medidas autoritárias realizadas no decorrer do regime permitiram a montagem dos “aparelhos de repressão” no país. Nesse contexto, para efetivar o combate aos “subversivos” e proteger o país do “inimigo interno”, partidos específicos deixam de existir, greves foram proibidas e os meios de comunicação foram controlados. Era exatamente com essa finalidade que os aparelhos de repressão no Brasil atuavam em todo o território nacional e ainda possuía estreita relação com os governos de outros países com o objetivo de recrutar suspeitos políticos.

Segundo Alves o aparato repressivo da ditadura “constituiu-se de três elementos distintos mais integrados: a vasta rede de informação política; órgãos e organizações diretamente responsáveis pelas ações repressivas a nível local; e os aparatos das Forças Armadas usados no controle político interno” (ALVES, 1984, p. 172). Este aparato de coerção

atuou eficazmente no Governo Médici. Para se refletir sobre esta constatação, só entre os anos de 1964 a 1984, 80% dos casos de pessoas desaparecidas ocorreram quando Médici esteve frente à presidência (MARTINS, 1999).

Durante o governo desse presidente o aparato repressivo já estava bem estruturado, e foi cada vez mais se aperfeiçoando. Nessa perspectiva, havia na época, a “comunidade de informação” composta pelos órgãos de informações como: o Serviço Nacional de Informações (SNI), as Divisão de Segurança e Informações (DSIs), Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), dentre outros. E os órgãos formados pela polícia política: Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Comissão Geral de Investigações (CGI) e outros, que efetivavam todas as medidas necessárias para a sustentação do autoritarismo de estado.

Contudo, os golpistas divulgavam a ideia de que o AI-5, assim como as outras medidas autoritárias e repressivas, teria sido implantado com a pretensão de consolidar os verdadeiros motivos “revolucionários” de 1964. No entanto, “o efeito combinado, da exploração econômica, da repressão física, do controle político e da rígida censura estabeleceu uma ‘cultura do medo’ que coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política” (ALVES, 1984, p 169).

A produção da “cultura do medo” era um mecanismo utilizado pelo regime para bloquear a participação política de setores da oposição. O medo de ser preso e torturado em um desses centros secretos tornou a medida um efeito que terminou por coibir e intimidar a participação e associação em atividades do tipo. Aqueles que insistiram na luta armada ou qualquer outra forma de protesto contra as diretrizes sociais e políticas do Estado de Segurança Nacional foram duramente combatidos.

Assim, afirmavam que as medidas autoritárias de cunho político e econômico tinham levado em conta os anseios do povo e a segurança do Brasil. Portanto, o que estava sendo implantada era a vontade popular. Em se tratando do presidente Médici, segundo Rezende, ele “afirmava que iria realizar um governo de ‘compreensão do povo’ e que até o final de seu mandato teria estabelecido uma ‘democracia autêntica’” (REZENDE, 2013, p. 111).

Dessa forma, durante o governo Médici ocorreu uma organização em torno da Repressão do Estado para a perseguição e tortura com objetivos precisos de destruir a guerrilha e qualquer ameaça ativa ao governo ditatorial. Logo “os representantes do grande capital, fração importante do grupo de poder, atuavam no sentido de sedimentar a ideia de que

a força era usada apenas no sentido restrito de proteger o regime, suas instituições e sua suposta democracia” (REZENDE, 2013, p.98).

Nos anos de 1969 a 1974 houve uma progressão das forças de repressão do Estado que atuavam com objetivos precisos. Por exemplo, antes da eleição de 1970 uma blitz foi realizada em junho que ficou conhecida como “Operação Gaiola”. A operação prendeu ativistas e suspeitos políticos, em que a força foi amplamente utilizada para intimidar a oposição. Foram detidas em torno de 10.000 pessoas, muitas das quais eram candidatos do MDB. Logicamente a pretensão da ação era influenciar no resultado das eleições que ocorreriam naquele ano (ALVES, 1984).

Outras operações foram realizadas para desarticular a guerrilha. Desse modo, houve operações com perspectiva de cercar o grupo da VPR que terminou por capturar e matar o líder do grupo em 1971, Carlos Lamarca. Em 1972 o foco da guerrilha com membro do Partido Comunista do Brasil (PC do B) foi descoberto no Araguaia, promovendo imediatamente a ocupação militar da região decretada como zona imprescindível para a segurança nacional. Nesse sentido, a população e os camponeses sofreram violência física e psicológica por serem suspeitos de apoiar os guerrilheiros.

Para garantir a Segurança Nacional e capturar os guerrilheiros, o regime utilizava operação de buscas e detenção nas residências de indivíduos, que segundo os golpistas, teriam atentado contra a ordem pública. A ação era realizada tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

Inclusive, entre os anos de 1969 a 1974 os centros secretos de tortura estiveram no auge do seu funcionamento. Nesse período os presos desaparecidos se tornaram algo cotidiano. Nisso, “as forças de repressão dizimaram as fileiras das organizações clandestinas pelo generalizado uso da tortura, para obter informações que pudessem levar à prisão de outros e ao desmantelamento das redes de apoio dos grupos de guerrilha” (ALVES, 1984, p. 161).

A repressão conseguiu desarticular a luta armada. Por meio do Aparato Repressivo a Ditadura de Segurança Nacional conseguiu capturar membros de vários grupos da esquerda e localizar seus líderes, logicamente a partir de informações obtidas de seus integrantes com o uso da tortura. Segundo Maria Helena, “entre 1969 e 1974, tais operações de larga escala eram frequentes, resultando em detenções em massa, espancamentos e intimidação generalizada” (ALVES, 1984, p.161).

Porém, na propaganda oficial, e não menos nos Aparelhos Privados de Hegemonia da sociedade, a figura e as políticas implantadas no governo Médici eram exaltados, afinal, o

Brasil crescia 10% ao ano, a economia estava bem, estávamos vivendo o dito “milagre econômico”. A Ditadura de Segurança Nacional utilizou demasiadamente do uso do consenso para manter sua hegemonia na sociedade, até mesmo no que condiz a ações arbitrárias e repressivas, como vimos acima, já que eram realizadas para assegurar a democracia no país, de acordo com o discurso oficial, negando, inclusive, que houvesse tortura nos órgãos de informação e segurança do governo.

O próximo tópico do capítulo irá tratar da propaganda oficial utilizada para legitimar o regime da ditadura, que foi usada, especialmente, no governo Médici. Nesse governo, além de toda a estrutura montada pelo estado de exceção na seleção de temas considerados necessários para o *marketing*, que estavam em torno da política, cultura, sociedade, dentre outros, o maior foco da propaganda girava em torno do “milagre econômico”. Este teve suas bases na Doutrina de Segurança Nacional.

## **2.5- Propaganda Política no Governo Médici: Controle, Legitimidade e Consenso**

O uso da propaganda política como meio de dominação e manipulação da opinião pública é uma estratégia usada com frequência pelos chefes de estados autoritários para manutenção da forma de governos vigentes. Durante a ditadura no Brasil a propaganda foi um recurso indispensável para legitimar e manter o regime no país. Esse mecanismo foi explorado com veemência, especialmente, durante o governo Médici. Nesse sentido, duas linhas de atuação foram importantes para este governo: “uma voltada para o fomento da popularidade do presidente e outra ligada à ampla divulgação dos êxitos econômicos do regime” (MENDONÇA E FONTES, 2001, p. 50).

Nesse período, os principais focos dessa propaganda estavam em torno da disseminação das ideias nacionalistas, patrióticas, moralistas e, logicamente da divulgação do desenvolvimento e progresso do Brasil, notadamente, o “milagre econômico”, conjuntura nacional da época que deu otimismo ao órgão oficial do governo durante o mandato do então presidente Médici.

Para sustentar o regime autoritário no Brasil, também, foi montado, dentre outros aspectos, um aparato que cuidou e filtrou informações que pudessem ocasionar uma má imagem a ditadura, principalmente, aquelas pronunciadas pelos meios de comunicação de massa. No Brasil, após 1964, os jornais que resistiram ou criticaram de algum modo o governo implantado, tiveram suas portas fechadas. Os que permaneceram funcionando, ou tiveram que fazer apologia à ditadura, ou tiveram no mínimo suas publicações filtradas pelos

órgãos de informação e censura do governo. Ao longo da institucionalização do regime, a liberdade de expressão concomitantemente foi sendo sufocada pelo estado ditatorial.

Como finalidades de calar os críticos do regime, foram usados muitos mecanismos autoritários pelo governo. Exemplo disso foi à criação da Lei de Imprensa, sancionada em 09 de fevereiro de 1967, pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, poucos dias antes de deixar o posto de presidente.

Essa Lei suprimiu direitos e opiniões de jornalistas que criticaram ou denunciaram atitudes arbitrárias do governo. Os que continuaram a criticar o regime sofreram censura e duras punições. Qualquer publicação ou ato que afetasse a dita “moral” da sociedade eram retirados de circulação ou simplesmente proibidos. Em casos mais extremos, as portas de sedes dos estabelecimentos poderiam ser fechadas.

A censura aos órgãos de imprensa e comunicação, após o AI-5 tiveram sua sistematização e eficácia melhorada<sup>25</sup>. Durante o governo Médici, a imprensa foi alvo de dois diferentes tipos de censura, a “censura prévia”, que era efetivamente realizada na redação do jornal. Esta tinha alguns periódicos que estavam submetidos aos censores do governo, a exemplo, temos o caso da Tribuna da Imprensa, O Pasquim e outros (FICO, 2003).

Havia ainda outro tipo de censura, que tinha propósitos de evitar publicações, de fato, com teor contrário ao regime. Teria sido ela, segundo Carlos Fico, uma censura mais “sistemática e velada” (FICO, 2003). Fico ressalta que essa censura ainda afetava a estrutura técnica dos periódicos, desse modo, destaca:

Em 1970 o ministro da Justiça proibiu que expressões como “fontes bem informadas” ou “fontes autorizadas” fossem utilizadas nas notícias. Do mesmo modo, não admitia manchetes escandalosas e recomendava que certas notícias de assalto a bancos fossem resumidas e publicadas nas páginas internas (FICO, 2003, p. 191).

Em paralelo ao cenário de censura à imprensa e aos meios de comunicação estava a propaganda oficial do regime. O governo Médici, em especial, além de fazer grande uso do órgão oficial, a AERP, também se utilizou de meios privados para tornar hegemônico seu projeto desenvolvimentista e cuidar da imagem do seu governo.

Numa concepção gramsciana, Médici também recorreria aos famosos Aparelhos Privados de Hegemonia para buscar mecanismos de legitimidade. Na verdade, o “governo Médici fez uso de sua Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e dos meios de

---

<sup>25</sup> Além da imprensa, outras atividades que pudesse “representar” um “atentado à moral pública”, também foram reguladas pelo regime. Dessa forma, atividades artísticas, culturais, e recreativa passavam constantemente pelo crivo da Ditadura (FICO, 2003).

comunicação privados para atingir o objetivo de se ‘comunicar’ com a sociedade” (MARTINS, 1999, p. 75).

Durante o seu mandato, o *marketing* oficial tratou de adocicar a imagem do presidente Médici e exaltar suas políticas de governo nos seus diversos âmbitos da sociedade: político, cultural, econômico, dentre outros. Não menos indissociável à sua figura estava a ideia de “milagre brasileiro” e de desenvolvimento econômico, o qual, segundo a propaganda oficial teria sido uma consequência da dita “Revolução” de 1964.

Segundo Skidmore: “uma das técnicas mais eficientes da AERP consistiu em associar futebol, música, popular, presidente Médici e progresso brasileiro. Médici era excelente material para tal campanha. Adorava posar de pai e era fanático por futebol”<sup>26</sup> (SKIDMORE, 1988, p. 223). No que se refere à ideologia do milagre, foi exaustivamente trabalhada na propaganda oficial do governo e pelos Aparelhos Privados de Hegemonia que recebiam recursos diretamente do executivo federal, tornando-se aliados ao regime de exceção.

De fato, os Aparelhos Privados de Hegemonia, como meios articuladores da classe dominante, foram essenciais para a manutenção da ditadura no Brasil. A imprensa, durante a ditadura, em sua quase totalidade funcionou como suportes para a manutenção do regime e junto ao órgão oficial do governo colaboraram para sustentar esse modelo de Estado no país.

A AERP foi o maior órgão de propaganda oficial do governo Médici, com intenção de legitimar o regime na nação<sup>27</sup>. O órgão oficial do governo, não produzia diretamente a propaganda. Na verdade, “uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidia sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para a TV e cinema, juntamente com matéria para os jornais” (SKIDMORE, 1988, p. 221).

Desse modo, o governo “estimulou e patrocinou a produção de campanhas, de forte cunho oficial, que enalteciam o país” (FICO, 2003, p. 194-197). Para isso eram feitas uma seleção entre várias empresas que disputavam entre si, as encomendas das propagandas do

---

<sup>26</sup> Em 1970 quando a seleção brasileira conquista o tricampeonato no México, o presidente Médici decreta feriado nacional. A AERP tratou de formular marchinhas para a seleção, com frases do tipo “Pra Frente Brasil” que era tocada nos eventos oficiais públicos. Cartazes com a imagem do jogador Pelé também foram divulgadas, tendo ao seu lado *slogan* do governo “Ninguém Segura Mais Este País” (SKIDMORE, 1988, p. 223).

<sup>27</sup> Logo após a posse do presidente Médici, as diretrizes da propaganda da AERP seriam discutidas no dia 2 de novembro de 1969 pelos coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo. Chefiada por Otávio Costa no governo Médici, o coronel teria que articular uma propaganda sem qualquer conotação de pretensões políticas e se afastar do “fantasma do DIP” do governo Vargas. Assim, seguiram o caminho de injetar na população ideias que exaltassem o nacionalismo, o patriotismo, dentre outras, de mesmo sentido, afim de melhorar a imagem do governo (FICO, 2003).

governo<sup>28</sup>. No mandato de Médici, os setores da comunicação também tiveram um crescimento significativo, e muitos donos de jornais lançaram mão de mecanismos para obter bônus do governo (FICO, 2003).

Na realidade essas redes de benesses geravam grandes lucros aos empresários desse ramo durante a ditadura. Esse governo montou uma rede de comunicação, dando concessões e registros a vários órgãos privados, a fim de estruturar a propaganda ideológica dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Nessa rede, cabia lugar para uma via de mão dupla, um vínculo político em que ambos se beneficiavam. Ricardo Constante Martins destaca que:

Para exercer o monopólio sobre o controle e a manipulação da cultura no Brasil, o Estado autoritário implanta a infra-estrutura tecnológica para o desenvolvimento do sistema de telecomunicações, promovendo as “facilidades” que seriam posteriormente usadas pela iniciativa privada (MARTINS, 1999, p. 16).

Com o grande crescimento dos meios de comunicação, inclusive da TV, o órgão oficial do governo passou a elaborar campanhas para serem exibidas nas televisões dos brasileiros, que agora, vivendo o período do “milagre econômico” podiam adquirir seus televisores com compra a crédito.

O esquema seria produzir curtos filmes, de caráter educativo ou moral, com imagens articuladas, dentre outros aspectos, com perspectiva de prender a atenção do telespectador. Logo após essas exibições eram demonstrados *slogans* feitos em cartazes, como apoio e complemento aos filmes exibidos.

Nesses termos a figura de Médici e seus feitos foram destacados no órgão oficial do governo, a AERP, e não menos na imprensa privada ligada ao executivo. Juntos construíram a propaganda de que o país vivia um momento de desenvolvimento e crescimento econômico com o dito “milagre brasileiro” que teve suas bases construídas a partir da Doutrina de Segurança Nacional como veremos a seguir.

## **2.6- O “Milagre Econômico Brasileiro”: Ideologia e Desenvolvimento**

Para se compreender melhor o contexto no qual a pesquisa está inserida e articular melhor o objeto de estudo aqui trabalhado, é imprescindível um aprofundamento dos

---

<sup>28</sup> Assim, foram elaborados estratégias e *slogans* do tipo “Brasil Grande”, “ninguém segura o Brasil”, “este é um país que vai pra frente”, “o Brasil é feito por nós” e outros jingles que seguiam a perspectiva do eufemismo do DIP, apresentados por Otávio Costa e Toledo Camargo, que segundo eles serviam para “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, “fortalecer o caráter nacional”, “o amor a pátria”, “o respeito aos direitos humanos” (FICO, 2003 ).

processos políticos e econômicos direcionado pelo Estado autoritário que levaram aos anos do “milagre econômico brasileiro”.

Entender o que, de fato, foi esse crescimento econômico e os seus efeitos sobre a população é, também, indispensável para interpretar como as ideologias são projetadas como forma de buscar consenso de projetos da classe dominante que pretendem se tornar hegemônicas. O quadro econômico desses anos de “milagre” foi amplamente usado como propaganda política para legitimar o regime no país.

O “Milagre Econômico” foi um fenômeno ocorrido entre os anos 1969 a 1974. Na conjuntura, a economia teve resultados a se destacar, como o Produto Interno Bruto (PIB) que cresceu em média de 10, 9% ao ano; o setor produtivo que cresceu desenfreadamente; as exportações que entre 1970 a 1973 subiram de 24 para 31 por cento; a inflação que se manteve baixa, em comparação com as altas taxas históricas alcançadas; e os setores industriais que tiveram desempenhos consideráveis com crescimento de 12, 6% ao ano.

Para entender as circunstâncias em que ocorre o “milagre”, é necessário entender a conjuntura interna e externa da época. No período, o cenário internacional foi favorável. Na década de 60, a economia mundial cresceu desenfreadamente nos países desenvolvidos da Europa (principalmente Alemanha e Itália, que tiveram as taxas de crescimento, 4,3% e 4, 9%, respectivamente), no Japão (taxa de 9, 4%) e nos EUA (taxa de 4,5%) (PRADO E SÁ EARP, 2007).

No entanto, o crescimento econômico nos anos do dito “milagre brasileiro” teve uma conjuntura proporcionada, em grande parte pelo governo, que empreendeu ao longo dos anos de regime, uma política econômica visando o desenvolvimento do país.

O milagre foi um processo remanescente de uma política fiscal e monetária severa implantada no governo Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967) associado a uma política econômica desenvolvimentista implantada nos governos Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974) que estimularam as exportações brasileiras.

Transformações significativas já vinham ocorrendo no Brasil desde os anos 30, como já destacado no 1º capítulo deste texto monográfico. Até 1960 as mudanças no quadro econômico foram visíveis. Nesses anos o país deixara de ser eminentemente agroexportador para consolidar o setor industrial no país. Na década de 50 o capital estrangeiro começa a penetrar no país, se intensificando nos anos seguintes.

O governo ditatorial deu continuidade a esta demanda do capital multinacional no Brasil, afinal, o golpe de 1964 foi de classe, e teve como consequência a ascensão do capital

multinacional e associado. Além de oferecer matéria-prima e mão-de-obra barata, incentivos fiscais, infraestrutura, o governo articula um aparato repressivo que assegurava esse modelo de desenvolvimento de “capitalismo autoritário de estado”.

Segundo Carlos Alberto Giannasi (2011), o autoritarismo de Estado implantado a partir da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento permitiram o desenvolvimento da economia e a eminência do “milagre econômico” no país a partir de 1969<sup>29</sup>. O mesmo ressalta que este autoritarismo esteve presente tanto nos manuais de Segurança Nacional quanto nos planos econômicos implantados pelos governos ao longo da ditadura.

Assim, temos o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), no governo Castelo Branco, o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), no governo Costa e Silva e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND), no então governo Médici articulados sob o jugo dessa doutrina. Desse modo, Carlos Alberto Giannasi destaca que a Doutrina de Segurança Nacional:

Foi um elemento essencial para a execução dos planos de ação dos sucessivos generais presidentes. Um elemento de importância essencial para o planejamento político e econômico da economia brasileira, com o fito de que ocorresse a atração maciça de capitais externos, a serem associados a parcelas de capital nacional, ao lado da ampliação do investimento estatal nos setores produtivos de infraestrutura e bens de capital (GIANNASI, 2011, p. 283).

Nesse sentido, Maria Helena Moreira Alves destaca que esta Doutrina implantou no Brasil um “complexo mecanismo de dominação política e social” (ALVES, 1984, p. 19). Esta ideologia, segundo a autora, foi um mecanismo com perspectivas legitimadoras “por meios não democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente”, usadas pela elite dominante do Brasil ligada ao interesse do capital multinacional (ALVES, 1984, p. 23).

Nesse sentido, o crescimento do PIB e os bônus do dito “milagre” não representaram melhorias à população. No mesmo período que o país tinha o crescimento de 10% ao ano, houve uma grande concentração de renda e a população brasileira sofreu com as consequências desse rápido crescimento.

---

<sup>29</sup> Nessa doutrina há “a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre comunismo e os países ocidentais” (BORGES, 2007, p. 24). Elaborada pelo presidente Truman em 12 de março de 1947, a doutrina objetivava justificar ações do governo americano sobre o globo e impedir o avanço da URSS no planeta. Após isso, os conceitos de segurança nacional foram exportados para todos os países não comunistas, se estendendo para a América Latina. No Brasil, toda a ação golpista e a posterior ditadura, foi uma aplicação pensada a partir desta doutrina (ALVES, 1984).

Moreira Alves afirma que o governo seguia um modelo econômico ‘produtivista’. Esta visão estava implícita na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ao mesmo tempo a perspectiva ‘distributivista’ elencada por alguns economistas era criticada por muitos planejadores do governo. Desse modo, Moreira Alves destaca que os golpistas consideravam que:

O crescimento é necessário para aumentar a capacidade produtiva industrial do Brasil, desenvolver o interior e a região amazônica para “tamponar” as vias de penetração e adiantar o supremo objetivo de realização do pleno potencial do país como potência mundial. (ALVES, 1984, p. 147).

Desse modo, “o desenvolvimento não visa à imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetivava o atendimento de suas necessidades básicas” (ALVES, p. 147). Era o progresso industrial que estava entre um dos principais objetivos para a Doutrina de Segurança Nacional. Segundo a sua ideologia, era por meio do desenvolvimento que a segurança do país seria estabelecida, ameaçada até então por forças comunistas e subversivas.

Para isso, os princípios dessa doutrina “aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo sucessivas gerações como preço da rápida acumulação de capital” (ALVES, 1984, p. 147). O que não é de se surpreender, afinal a tomada do Estado em 1964 foi uma ação conjunta entre empresários e militares para garantir a implantação do projeto do capital multinacional e associado, ameaçado pela instabilidade política e econômica do Governo João Goulart<sup>30</sup>.

De fato, analisando os planos econômicos projetados durante os governos militares, Giannasi ressalta que há um intuito de beneficiar o grande capital e a acumulação capitalista, que foi possível em função da violência institucionalizada pelo Estado autoritário.

## **2.7- Planos Econômicos e Perspectivas de Desenvolvimento: A Busca da Legitimidade**

As origens do tal “milagre” se remetem, desse modo, as ações efetivadas logo no primeiro governo da ditadura, com o PAEG (1964 a 1966)<sup>31</sup>. Esse programa do governo tinha como objetivo principal para os anos de 1965-1966 a contenção da inflação – para a

---

<sup>30</sup> Ver DREIFUSS (1981).

<sup>31</sup> O Programa de Ação econômica do Governo – PAEG entrou em vigor no mandato do presidente Castelo Branco. Elaborado por Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, o plano possuía medidas ortodoxas, que tinha objetivos de realizar a abertura do capital estrangeiro e fazer as reformas estruturais, financeira/ monetária e fiscal/ tributária (ALVES, 1984).

estabilização econômica e financeira – e a aceleração do desenvolvimento econômico do país. Assim, foram feitas “reformas das políticas fiscal, creditícia e trabalhista” que “eram consideradas necessárias para garantir a definitiva superação do problema inflacionário e condições adequadas para que o setor privado promovesse a retomada do desenvolvimento econômico sob sua liderança” (PRADO E SÁ EARP, 2007, p. 216- 217).

Essas medidas e outras, como a reformulação da Lei da Remessa de Lucros<sup>32</sup>, ainda no governo Castelo Branco permitiu maior atração ao capital estrangeiro. No plano do PAEG, mais que aliviar a inflação, a política tinha propósito de incentivar o investimento privado, já que de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para que a segurança nacional fosse estabelecida, seria necessário que a economia crescesse. O Brasil precisava se desenvolver.

Embora a política de Castelo Branco não tenha conseguido alcançar os objetivos desejados durante o seu governo, Giannasi destaca que a política econômica do presidente:

Conseguiu como algo favorável a seu plano foi a criação de um mecanismo financeiro e tributário integrado, que somente iria dar resultado no decorrer do governo do Marechal Costa e Silva. Esse mecanismo se compunha da base tributária e da correção monetária, a primeira financiando gastos públicos e a segunda, motivando a poupança e a colocação de títulos federais no mercado de papeis, nas Bolsas de Valores (GIANNASI, 2011, p. 240).

No governo Costa e Silva a economia brasileira começou a alavancar. O país começou a receber recursos financeiros em função da conjuntura internacional favorável. Sob a pasta do ministério da fazenda, o economista Antônio Delfim Netto assume uma prática heterodoxa que vigorou entre os anos de 1967 a 1968.

Nesses anos novamente foram colocados em pauta a necessidade do desenvolvimento acelerado e a redução da inflação a fim de buscar a legitimidade política. Ainda visando à estabilidade da economia medidas de política fiscal e monetária expansionista foi tomada. Após o Ato Institucional nº 05, que facilitou o espaço da política econômica, a ortodoxia entra em vigor no governo Costa e Silva.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968 a 1970) lançado no governo Costa e Silva definiria os objetivos estratégicos setoriais e nacionais. O programa se voltou exclusivamente para o desenvolvimento da indústria, visto como o setor de maior progresso.

---

<sup>32</sup> A reformulação da Lei da Remessa de Lucro sancionada pela Lei nº 4. 390/ 64 foi estabelecida no Governo Castelo Branco que passa a ser aproveitada no Governo Costa e Silva. Esta Lei considerava capital estrangeiro desde aquele investido inicialmente, quanto àquele que tinha sido reinvestido ao longo do tempo. Até então, só o capital inicialmente investido era considerado estrangeiro. A Lei beneficiou altamente o capital estrangeiro, trazendo vantagens e facilidades ao capital multinacional no país (GIANNASI, 2011, p. 243).

Desse modo, o governo estimula o setor industrial, por meio do crédito e incentivo a empresas privadas.

Assim, entre 1967 a 1969, houve grandes investimentos nas empresas estatais, nas áreas de infraestrutura, siderurgia, petroquímica, geração de energia, entre outras. Com a inflação estável, agora o Brasil poderia crescer. O crescimento se deu no governo Médici. Esse progresso foi usado para legitimar o regime. Segundo Thomas Skidmore:

O crescimento econômico apresentava a mais alta taxa sustentada desde os anos 50. O PIB subiu à média anual de 10,9 por cento de 1968 a 1974. O setor líder foi a indústria, com 12,6 por cento. A performance mais modesta foi a da agricultura, com média de 5,2 por cento. A inflação ficou em média de 17 por cento ao ano. Quanto às reservas, subiram de US\$656 milhões em 1969 para 6,417 em 1973 (SKIDMORE, 1988, p. 276).

No governo Médici, é lançado em 1971 o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 a 1974), que tinha o objetivo de tornar o Brasil desenvolvido no prazo de uma geração. Para isso era necessário continuar a investir nos setores de: mineração, energia elétrica e nuclear, corredores de transportes, siderurgia, construção naval, comunicações, petroquímico, dentre outros. Além disso, para atrair empresas privadas foram usadas algumas medidas, como isenções de impostos, depreciação acelerado, etc. Nisso, os setores da construção civil e pesada também tiveram crescimento sem precedentes. Assim, os campos de infraestrutura tiveram desenvolvimento, da mesma forma que os das telecomunicações, energia dentre outros.

Alguns mecanismos como, reduzir os custos da mão-de-obra, manipular o sistema financeiro e realizar incentivos tributários trouxeram êxito para os objetivos de Delfim Neto e dos empresários. O Brasil crescia de maneira rápida. Aos olhos de especialistas conservadores brasileiros e estrangeiros, o dito “milagre” vinha legitimando a ditadura, especialmente para os setores que vinham recebendo benefícios com esta política do governo (SKIDMORE, 1988).

Nesse momento, a propaganda do governo federal pelos bons resultados da política da ditadura foi posta nos diversos Aparelhos de Hegemonias da sociedade. A equipe de propaganda oficial do governo, a AERP<sup>33</sup> (que desde 1968 era usada como mecanismos legitimadores do regime), nos anos do dito “boom” econômicos, começou a articular *slogan* e

---

<sup>33</sup> Assim, a AERP elaborava estratégias e slogans do tipo “Brasil Grande”, “ninguém segura o Brasil”, “este é um país que vai pra frente”, “o Brasil é feito por nós” e outros jargões como: “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, “fortalecer o caráter nacional”, “o amor a pátria”, “o respeito aos direitos humanos” (FICO, 2003).

a divulgar nos meios de comunicação a boa áurea do governo do regime, com maior êxito possível. Moreira Alves destaca:

O governo Médici fez amplo uso da propaganda política, enfatizando o crescimento econômico do país e sua consequente capacidade de cumprir seu destino manifesto de grande potência (o “Brasil Grande”). Os programas de desenvolvimento na região amazônica e no interior receberam enorme atenção. Juntamente com a nova disponibilidade de bens de consumo, ao alcance das classes médias através de um sistema ampliado de crédito ao consumo, isto deu um novo tipo de legitimidade baseada em crescimento econômico contínuo e acelerado (ALVES, 1984, p. 150).

Porém, muitos críticos atacavam a política econômica de Médici e Delfim. Argumentavam que tal política “aprofundava as divisões internas e concediam favores indevidos aos investidores estrangeiros” (SKIDMORE, 1988, p. 283). No entanto, Delfim Neto em defesa das políticas de altas taxas de crescimento argumentava que havia no país “um consenso em favor do desenvolvimento acelerado” (DELFIN, apud SKIDMORE, 1988, p. 285).

Nessa mesma dinâmica, o partido do governo (ARENA) e os seus porta-vozes afirmavam que mesmo que as desigualdades sociais tenham aumentado “cada decil representava crescimento absoluto da renda. Assim, o boom econômico estava melhorando a condição de todos os brasileiros, ainda que as taxas diferentes” (SKIDMORE, 1988, p. 286).

A faceta das desigualdades em tempos de “milagre”, inclusive, era ocultada pelo órgão de imprensa oficial do governo. Os meios de comunicação, revistas, jornais, estações de rádios, canais televisivos, dentre outros, controlados pela censura também estavam inibidos de exibirem notícias que pudessem mostrar aspectos negativos ou que prejudicassem a imagem intacta da política econômica do governo.

Enquanto isso, na propaganda do governo e em diversos Aparelhos Privados de Hegemonia, o Brasil caminhava rumo a uma “potência mundial”. O Jornal do Dia/O Estado do Maranhão foi um desses instrumentos que buscou o consenso das políticas econômicas na sociedade ludovicense como será demonstrado no terceiro capítulo.

## CAPÍTULO 3

### O GOVERNO MÉDICI NO *JORNAL DO DIA/O ESTADO DO MARANHÃO*

Este capítulo tem o objetivo de analisar o governo Médici no *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*<sup>34</sup>. O problema da pesquisa é questionar e entender os elementos estruturais e de conteúdo apresentados pelo impresso que permitem identificar a imagem e a ideologia que o periódico buscou construir sobre o Governo Médici. Para a análise do objeto de estudo, é utilizado o conceito gramsciano Aparelho Privado de Hegemonia.

Para dar conta desta amplitude, foram estipulados três objetivos: avaliar os elementos ideológicos apresentados pelo periódico sobre a figura do presidente Médici; o posicionamento do impresso sobre o desenvolvimento do país – notadamente o “milagre econômico” brasileiro e, por fim, entender o que o jornal pensava sobre o AI-5 e as medidas autoritárias do regime a partir da leitura que o mesmo fazia sobre a forma de Estado vigente no país naquele período.

#### **3.1. “Um” Presidente e o Povo: “General Médici, Autor das Melhores Esperanças”**

O objetivo desta parte do capítulo é abordar a imagem que o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* buscou construir sobre o presidente Médici. Para isso, duas perguntas tiveram grande importância na condução da pesquisa: Como Médici foi apresentado pelo impresso? De que forma as obras realizadas pelo seu governo ajudaram no processo de edificação de uma representação positiva e singular do presidente?

Ao verificar a postura do *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* sobre a figura do presidente foi constatado que: a imagem edificada de Médici foi a de um presidente popular; o projeto político e econômico implantado pelo Governo Federal naqueles anos (1969-1974) surgiu nos editoriais quase como sendo uma vontade pessoal do presidente.

A faceta ideológica da boa condução do Chefe de Estado da política e economia do país fica clara na edição de 04 de janeiro de 1974, cujo editorial veio com o título: *Prestação de Contas*. O artigo diz:

A extraordinária realização econômica do Governo Médici ficara na História como um marco singular. Ela se salienta de tal forma que define o período.

---

<sup>34</sup> O impresso até 1º de maio de 1973 circulava pelo Estado com o nome: *Jornal do Dia*. A partir daquele período passou a ser publicado pela denominação: *O Estado do Maranhão*, que perdura até nos dias de hoje.

(...) A moldura política terá constituído elemento fundamental na produção da segurança indispensável a alcance de índice de repercussão internacional. (O Estado do Maranhão, 04 de janeiro de 1974, p.03).

O editorial afirmava que o crescimento econômico teria sido um marco na História do país, alcançado graças à segurança implantada pela “moldura política” do governo. Essa ideia foi construída durante todo o período em que Médici esteve à frente do Poder Executivo.

As informações que o jornal divulgou ao público – logo após a posse do presidente – diziam que o novo governo consolidaria a democracia no Brasil. Isso seria efetivado a partir do desenvolvimento econômico, social e do restabelecimento da segurança no país. Se o impresso pretendia construir um aspecto positivo para a recente gestão que ascendia ao governo, a figura de Médici se tornou indispensável para consolidar tais objetivos. O periódico passou a veicular notícia, segundo a qual, o então futuro presidente se tratava de um general honesto que iria conduzir o Brasil aos propósitos revolucionários de 1964. Postura que se manteve nos anos seguintes.

Médici – assim como todos os presidentes que o regime tivera – foi eleito de forma indireta. Na ocasião, o Congresso – que tinha sido fechado após o Ato Institucional nº 5 – foi reaberto, a fim de dar legitimidade ao processo de escolha do futuro chefe de estado. Dentro desse quadro, veicular os aspectos autênticos se tornou primordial ao novo governo. A Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) e os Aparelhos Privados de Hegemonia em prol da ditadura cumpriram bem a tarefa.

Aqui no Maranhão, o jornal em análise, também fez sua parte, decidindo o que e como seria divulgada determinada notícia. Nos editoriais se percebe com contundência a direção ideológica do periódico. Porém, como afirma Tania De Luca (2005), há todo um processo dentro da redação do jornal que seleciona e expõe um acontecimento conforme os interesses e conveniências do impresso. Na verdade, como destaca Perseu Abramo, “o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com o agravante de fazer passar opinião pela informação” (ABRAMO, 2003, p. 31).

Neste raciocínio dar-se-á ênfase a edição do dia 2 de novembro de 1969 que veio com a chamada: *Presidente tem todas as virtudes de conduzir o Brasil a seu destino*. O título tomava o espaço do centro indo até as bordas direita e esquerda, com fonte bem maior que a dos demais títulos. A matéria trata da mensagem transmitida pelo governador do Estado – José Sarney – aos maranhenses ao voltar da cerimônia de posse do presidente eleito em Brasília. O texto é veiculado como se o próprio impresso pretendesse injetar no leitor uma mensagem de confiança para com o futuro presidente:

Falando à imprensa no Aeroporto do Tirirical, o Chefe do Executivo Maranhense disse que, “trago a nossa mensagem de esperança no Governo que se inicia, na certeza de que o senhor presidente tem todas as virtudes, tem toda a capacidade e, toda a inteligência para, realmente, conduzir o País aos seus destinos e a altura das aspirações do povo brasileiro”. (Jornal do Dia, 02 de novembro de 1969, p. 01).

Ou seja, a mensagem que o impresso tratou de divulgar dizia que Médici possuía todos os requisitos e virtudes que levaria o país a um futuro promissor. O presidente diariamente foi vangloriado pelo periódico.

O editorial de 13 de abril de 1971, intitulado: *A Visita e Seus Frutos* – em função da vinda de Médici ao Maranhão – mostrava o compromisso do chefe de estado para integrar todo o país num progresso nacional. O editorial ressalta que o presidente viria ao Maranhão para a inauguração da Barragem do Bacanga e para a rodovia que dava acesso ao Porto Itaqui. Este foi destacado como ímpar para a economia maranhense, que finalmente, após inúmeras promessas, se tornara realidade, graças aos “revolucionários” de 1964.

Por dar continuidade aos objetivos da “Revolução”, Médici merecia todo o reconhecimento e homenagem de todos os segmentos do Estado. Afirmava o editorial que receberia:

O presidente Médici das autoridades, dos órgãos de classe e do povo em geral as merecidas homenagens e manifestações de agradecimentos pelo muito que deve o Estado ao seu Governo como aos seus antecessores – os presidentes Castelo Branco e Costa e Silva. (Jornal do Dia, 13 de abril de 1971, p.02).

O jornal, em função do projeto de Integração Nacional do Governo Médici, afirma que “o general Médici é autor das melhores esperanças”. Nessa perspectiva, a edição de 17 de abril de 1971 – dia da visita do presidente – foi impressa exclusivamente para exaltar o Chefe de Estado. O periódico aclamava os esforços de Médici sobre a Amazônia, estipulando que o povo deveria confiar no presidente, pois era: “O PRESIDENTE DA INTEGRAÇÃO NACIONAL”.

O Plano de Integração Nacional lançado pelo governo em 1970 foi tema de muitas matérias e editoriais do jornal. O plano pretendia construir 15 mil quilômetros de rodovias e fazer, pelo esquema de colonização, a ocupação da região Amazônica, para suspostamente, fazer a integração do Brasil. Nesse projeto estavam também inclusos o Norte e o Nordeste, que segundo o discurso oficial iria se desenvolver quando o plano fosse implantado. A ideia de que os projetos desenvolvidos pelo governo visavam diminuir as disparidades entre as

regiões do país foi bastante divulgado pelo *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*. Porém, a infraestrutura desenvolvida buscou atender um desenvolvimento de modelo de exportação agrícola, e esteve longe de inserir nesta parte do país um modelo de mercado regional e de forças produtivas que realmente materializassem mudanças na vida daquela população. Ou seja, o projeto, como os outros do governo, terminou por beneficiar apenas o grande capital, o que pretensiosamente foi ocultado pelo impresso em análise.

Nas páginas que seguem a edição (17 de abril de 1971), Médici é reverenciado no periódico como cidadão maranhense. Num artigo ao lado do editorial da edição, intitulado *O Cidadão Garrastazu* dizia que o presidente deveria ser homenageado porque muito vinha fazendo para mudar a realidade do Brasil e do Maranhão. Médici era um homem de brasilidade, sem demagogias políticas que conseguiu ver os problemas do Nordeste. O impresso dizia que o presidente era amigo do povo, por isso sua presença deveria ser aclamada, não por ele ser o chefe de estado, mas por ele ser humanizado. Assim, o texto diz:

E há nisso um orgulho muito particular, porque a homenagem não nos apraz apenas pelo fato de ser, o homenageado, Presidente da República. Isso também muitos já foram. Ela é nobilitante para nós e cheia de sentido humano por ser feita, antes de mais nada, por um homem que tem sabido, mais do que os outros, nesses últimos tempos, preencher, com sua sensibilidade, o vazio imenso de um país que continua cada vez mais tido necessidade de ser lembrado no seu todo e não somente em parte. Um país que, na sua pobreza e na sua triste condição de subdesenvolvimento, precisa realmente de quem tenha de fato profundo senso de justiça e altivez humana. (Jornal do Dia, 17 de abril de 1971, p.02).

Aqui mais que exaltação, há uma verdadeira adoração ao presidente. Médici é destacado como um chefe de estado singular dentre os que o regime já havia tido. Não há espaço neste texto para dar conta de toda a edição. Porém, serão apresentadas algumas virtudes e qualidades que o jornal buscou construir do presidente naquele momento. Médici foi colocado como um homem: simples e do povo, família, amigo, que gostava de crianças – imagem de Médici cumprimentando crianças eram comuns no periódico – de esporte – principalmente o futebol – gostava de ler e de ouvir o próximo. Porém, o impresso afirmava que o dever para com a presidência o tornara mais solitário, o fazendo desfazer-se de coisas simples de um homem comum, como, por exemplo, “o bom bate-papo na esquina”, “o chope no barzinho próximo”. Mas, como um homem disciplinador estava trabalhando para restaurar a ordem no país. Com o espírito firme e patriótico estava construindo um Brasil Grande Potência.

Numa outra edição de 20 de abril de 1971, quando o presidente voltava a Brasília após a visita feita ao Estado, o editorial veio com o título: *Presidente Confraterniza com o Povo e Promete Voltar*. O artigo ressaltou:

No aeroporto o Presidente da República resolveu quebrar o protocolo e o dispositivo de segurança fazendo questão de ir tomar um “cafezinho”, igual a qualquer homem do povo maranhense. Nessa ocasião o Presidente apertou a mão de inúmeros estudantes, trabalhadores e homens do povo e num ambiente de grande cordialidade fez perguntas sobre os nossos problemas e a vida do povo (Jornal do Dia, 20 de abril de 1971, p.02).

Médici é reafirmado como um presidente popular e humanizado que se preocupa com os problemas dos seus filhos. Nesse sentido, o editorial continua: “humano e sensível o Presidente Médici dirigia suas perguntas, sobretudo sobre o problema do trabalhador, de sua vida e de suas dificuldades” (Jornal do Dia, 20 de abril de 1971, p.02). Ou seja, consoante o jornal, Médici tinha o caráter de homem humilde, solidário e acima de tudo, humano, que objetivava desenvolver a economia e com o crescimento libertar o homem e lhe proporcionar o domínio sobre todos os aspectos da vida.

Desse modo, o periódico esteve atento em mostrar por meio de notícias, matérias e editoriais, que o presidente caminhava para o enriquecimento social do país, porque o povo era sua maior preocupação. Nessa perspectiva, muitos editoriais se ocuparam em elencar os programas do governo voltado para o âmbito social. O Plano de Integração Nacional (PIN), Programa Especial para o Vale de São Francisco (PROVALE), Programa de Assistência Social ao Trabalhador Rural (PRORURAL), Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), Programa de Integração Social (PIS), por exemplo, foram destacados, como iniciativa do presidente frente ao governo. Os editoriais afirmavam que os esforços de Médici para com o crescimento econômico e social eram inquestionáveis e decisivos para as mudanças no país.

No editorial datado de 11 de agosto de 1971, cujo título é designado por: *Também eu louvo o Presidente*, assinado por Serra Mousinho, a ideia era, de fato, louvar Médici. Embora o editorial esteja assinado, isso não tira o caráter opinativo do veículo. No editorial consta a parte ideológica do impresso, acredita-se, assim, que o mesmo (o jornal) compartilhava da ideia, pois “os editoriais, como gênero opinativo, costumam trazer conselhos, críticas, elogios e propostas de mudança, introduzindo o relato do acontecimento e do discurso alheio em uma estrutura argumentativa explícita” (CHAMMAS, 2012, p. 17). Assim sendo, o artigo foi publicado em função da assinatura do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à

Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) pelo presidente Médici. Nesse sentido, segue:

Também os pequenos, também os humildes, também os anônimos se tomam de alegria e confiança não regateiam ao brasileiro insigne – o Presidente EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI, que, não faz do poder pedestal de vaidade, mas desce a planície, busca as profundezas diuturna de fazer deste Brasil, orgulho maior de seus filhos (Jornal do Dia, 11 de agosto de 1971, p.02).

O periódico novamente ratifica que o presidente, mais que um chefe de estado, é um homem justo, patriota, que tem no povo seus verdadeiros objetivos de desenvolvimento. E para alcançar tais objetivos, trabalha arduamente noite e dia.

A temática, segundo a qual, os desníveis regionais estavam sendo reduzidos pelo governo, a partir de projetos eficazes foi pauta de muitos editoriais. O jornal indicava que as medidas do presidente eram reverenciadas pelo povo, que vinha aprovando e legitimando seu governo. No editorial datado de 19 de novembro de 1972 intitulado: *Alimentação*, o artigo fala sobre a criação do Instituto Nacional de Alimentação (INA) levado ao Congresso pelo presidente Médici. Na oportunidade, o editorial destacou:

Dois anos decorreram desde então e, no longo desse tempo, vimos assistindo à sequência do lançamento de programas de impacto que estão transformando o país, das profundezas à superfície e em todas as suas dimensões. Os planos de integração social, de integração nacional, de recuperação regional aí estão, numa lista que seria longo acompanhar. A produção mineral, agrícola, pecuária, energética, ao estímulo de impulsos renovadores, oferece índices progressivos. Os meios de comunicação e os sistemas de transporte se aperfeiçoam, ao mesmo tempo em que se dotam os grandes centros consumidores, como o Rio, São Paulo, Brasília e outras cidades, das Centrais de Abastecimento, que são o grande vínculo entre a cidade e o campo em nossos dias, compatível com a atual dinamização das atividades (Jornal do Dia, 19 de novembro de 1972, p.02).

No impresso há exposição e louvor aos programas realizados pelo governo que em apenas dois anos proporcionara mudanças insignes ao povo brasileiro. Tudo isso, porque o objetivo do presidente, um homem justo, era exatamente levar ao povo o progresso que o Brasil estava vivendo naqueles anos.

O presidente – conforme o periódico – cuidava da classe trabalhadora. Assim, promovia políticas assistencialistas para solucionar seus problemas. Mas na época, a realidade foi outra bem diferente. O governo optou por uma política de arrocho salarial que atingiu

agressivamente o trabalhador. Enquanto isso, o grande capital ganhava lucros exorbitantes. Porém, o editorial de 31 de agosto de 1971, intitulado: *Política Social* diz:

O Estado de Justiça Social, moldado pela Revolução de 1964, conferiu nova dimensão ao trabalho humano, não apenas como obrigação social produtora de riqueza, mas como fator de dignificação do homem. O Plano de Integração Social, já em plena execução, marca um momento culminante na filosofia trabalhista do governo revolucionário (Jornal do Dia, 31 de agosto de 1971, p.02).

O editorial elogia mais uma vez os supostos resultados da Política de Integração Social do governo Médici e a coloca como um marco sem precedentes para a concretização da “filosofia trabalhista” da “Revolução”. Destaca:

O Governo Médici, tendo saneado os meios trabalhistas do País dos vícios e do ranço demagógico de outrora, concebeu, cerceando os trabalhadores de cuidados especiais, num desdobramento de providências ainda não conhecidos pela política social brasileira (Jornal do Dia, 31 de agosto de 1971, p.02).

Ou seja, o governo Médici tinha um cuidado muito “especial” para com o trabalhador. Estava realizando uma política trabalhista jamais vistas nos governos anteriores.

Dessa forma, a ideia de que Médici era um presidente popular foi amplamente afirmada e reafirmada pelo jornal. Construir a imagem de um chefe de Estado pelo viés do compromisso com povo teve importância desde o início da sua posse. Afinal, se o governo buscava ser legitimado, o aspecto positivo do presidente teria que ser o primeiro passo. Ainda mais pelas circunstâncias em que se deu a escolha de Médici à presidência em meio à crise sucessória de 1969.

Naquela época, o órgão oficial do governo – a AERP – e os Aparelhos Privados de Hegemonia mostravam que o aspecto popular do presidente se comprovava pelas pesquisas de opinião realizadas pelo governo. Mas isso não poderia ser levado a sério naquele contexto de ampla repressão, que no governo Médici teve atuação mais agressiva.

O plano de governo do presidente Médici, tanto em aspecto político e econômico, de acordo com o impresso, visava unicamente alcançar a paz e o desenvolvimento social da nação. Todo o desenvolvimento econômico realizado foi pensado exatamente no bem-estar social. Um projeto que estava sendo implantado com sucesso e que ao fim do governo apresentava aspecto otimista.

### **3.2-Uma História, Muitas Versões: “Como Contar a História de um Outro Brasil”**

A temática em torno do desenvolvimento e progresso do Brasil foi assunto de muitas notícias, materiais, notas, entrevistas e discussões nos editoriais do jornal aqui em análise. Um objeto de debate que esteve em pauta desde fins de 1968 e início de 1969, mas que se tornou a vedeta do periódico durante o Governo Médici, contexto que corresponde ao período do dito “milagre econômico”. Para a condução das análises as perguntas seguintes foram de suma importância: O que era desenvolvimento para o periódico? Como o crescimento foi apresentado? Como a legitimidade do desenvolvimento foi reivindicada?

É interessante iniciar a discussão dessa parte do capítulo com um editorial bastante incisivo, datado de 03 de março de 1973, intitulado por: *Como Contar a História de um Outro Brasil*. Assim, segue:

O Brasil já não é aquele desconhecido, apenas com um bom café ou com um futebol tri-campeão mundial. Nada disso. O Brasil já tem seu nome pronunciado com o devido respeito. Quem se familiariza com os jornais e revistas de fora, ou mesmo com a radiodifusão estrangeira, está perfeitamente convencido da verdade internacional. O Brasil já existe economicamente e vai num desenvolvimento absolutamente de acordo com a disposição governamental: "Ninguém segura mais este país" (Jornal do Dia, 03 de março de 1973, p. 02).

O impresso exaltava o crescimento usando o *slogan* oficial do governo: “ninguém segura mais este país”. O Brasil crescia e vinha sendo reconhecido pelo exterior, sendo com frequência notícia internacional. Mais à frente, aponta as realizações oficiais, como o Programa de Integração Nacional, e o trabalho de colonização feito na área da Amazônia para, assim, afirmar: “tudo isso é motivo de orgulho. E a nós, que temos fé no destino glorioso que nos está reservado – e já bem à vista – resta o privilégio de irmos anotando os detalhes para sabermos amanhã como contar a História de um outro Brasil” (Jornal do Dia, 03 de março de 1973, p. 02). Aqui, o tom pessoal do editorial na utilização da primeira pessoa do plural, “nós”, torna a direção institucional do periódico ainda mais contundente, que credita um futuro “glorioso” ao país em curto prazo.

Se é verdade que os detalhes do desenvolvimento ocorridos no Governo Médici foram abordados no jornal com o objetivo de “contar a História de um outro Brasil”, a História contada foi a oficial. Nos editoriais foi promovido um debate de forma tendenciosa, que construiu uma ideologia em torno do desenvolvimento com o intuito de legitimar a política econômica e um modelo de desenvolvimento capitalista altamente explorador. Um modelo econômico que veio acompanhado de custos sociais inigualáveis.

Porém, os efeitos negativos do crescimento acelerado, não foi pauta de discussão do jornal. O interessante era apresentar a suposta imagem intocável que o Brasil vinha edificando no exterior. No editorial de 17 de fevereiro de 1973 intitulado: *O Brasil de Hoje*, destaca que o brasileiro precisava familiarizar-se com o que o estrangeiro estava dizendo sobre o país. Acrescenta que se o Brasil não é a “vedeta do noticiário internacional”, a frequência com que vinha sendo notícia era expressiva e digna de nota. Tudo, graças ao desenvolvimento que o país vinha apresentando nos últimos anos. Desse modo, ressalta:

E seria o mesmo que “querer tapar o sol com uma peneira” para empregar uma expressão vulgar – tal a evidência dos fatos, a gente negar a verdade dos acontecimentos. De 1964 para cá, o gigante da América do Sul tem crescido também em progresso. E muito. Já não são apenas os seus 8 milhões e meio de quilômetro quadrados que impressionam lá fora. Aos poucos, o estrangeiro, que quase não nos conhecia, vai tomando ciência do que somos e do que fazemos. E vai arregalando os olhos a cada coisa nova que acrescenta ao seu “descobrimento” do novo Brasil (Jornal do Dia, 17 de fevereiro de 1973, p.02).

O editorial destaca que não há como negar os fatos, os acontecimentos. O país estava se desenvolvendo e sendo “redescoberto”. Era destaque nos meios estrangeiros. Nesse sentido, o impresso enfatiza o semanário francês *March*. Segundo o que consta o impresso aqui em análise, o jornal francês havia veiculado um artigo destacando a estrada Transamazônica e os esforços realizados na Amazônia pelo governo. O mesmo ainda se referia ao Brasil como um gigante que crescia 11 por cento ao ano. Assim, o jornal maranhense afirma: “Não somos nós entusiastas do Brasil que desperta, quem faz referência à nossa terra. É o mundo todo” (Jornal do Dia, 17 de fevereiro de 1973, p.02).

Parece que reafirmar o crescimento, pelo modo como o mesmo era colocado na imprensa internacional, se tornou corriqueiro no periódico. Essa perspectiva novamente foi encontrada no editorial datado de 05 de setembro de 1971, que se intitulava: *O Brasil no Exterior*. O editorial fez referência à divulgação que dois órgãos de imprensa haviam feito sobre o desenvolvimento do Brasil. O primeiro, o *Americ Enterprise Institut*, de Washington, dizia que o modelo político brasileiro deveria ser seguido para resolver a crise. Desse modo, segundo o impresso maranhense o jornal americano dizia: “a política monetária do Brasil é indiscutivelmente a mais avançada de tudo que se fez até hoje em relação ao assunto” (Jornal do Dia, 05 de setembro de 1971, p.02). Enquanto isso, o jornal *Olaria*, da Argentina, de acordo com o jornal maranhense, elogiava o desenvolvimento e sua política econômica, segundo a qual, se mostrava coerente com seus objetivos. Isto é, mais uma vez o editorial busca fundamentar e legitimar o modelo político e econômico a partir da propagação de que o

desenvolvimento estava tão às vistas que era referência constante no exterior. Não se tratava, portanto, da divulgação de uma ideia vaga ou patriota veiculada pelo impresso. Se o mesmo era reconhecido pela imprensa internacional, de acordo com o editorial, como criticar ou afirmar o contrário?

É interessante observar que o periódico colocou a ideia que o país havia acertado em um modelo político e econômico que vinha sendo observado e ambicionado por outras nações. É nesse sentido que o editorial de 05 de janeiro de 1974 intitulado: *Orçamento Político* destaca:

Ufanismo à parte, não deixa de ser curioso ver os franceses investigando o modelo brasileiro de correção monetária. E que a França, com uma inflação acelerada, tem problemas semelhantes aos do Japão, onde o impacto de uma alta de custo de vida de 14% desnor-teia os administradores e atua com violência bem maior que os mesmos 14 ou 15% numa economia como a brasileira (O Estado do Maranhão, 05 de janeiro de 1974, p. 03).

O que é interessante observar, é que nesse momento o dito “milagre” já havia entrado em declínio. Na verdade, desde 1973, quando há um choque internacional do petróleo, as frágeis estruturas da economia brasileira são abaladas de forma brusca. O que mostra como este Aparelho Privado de Hegemonia ainda buscava legitimar a ideologia sustentada pelo regime Civil-Militar na sociedade local. Ainda que o crescimento tão exaltado no Governo Médici não estivesse tão em alta ou já estivesse chegado ao fim naquele momento. Tendenciosamente o periódico oculta os fatos ou os deturpa. Mas o jornal é uma seleção do que se quer tornar notícia. Não seria conveniente mostrar a população os verdadeiros problemas que acometiam a economia naquele momento. Quando os abalos do crescimento foram apresentados, a temática foi suavizada e a responsabilidade foi colocada nos fatores externos. Visão possível de ser verificada no editorial de 04 de janeiro de 1974, já destacado nesta monografia teve, com o título: *Prestação de Contas*. Segue:

O ciclo de prosperidade internacional que se encerra ou que se atenua simultaneamente com o desfecho do Governo Médici já autorizado o Presidente da República a apontar os fatores externo que terão empanado a realização de certas metas sem, no entanto, ferir-nos com gravidade (O Estado do Maranhão, 04 de janeiro de 1974, p.03).

No entanto, no auge do crescimento todos os méritos foram reivindicados aos esforços que o governo estava realizando para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, o editorial do dia 10 de janeiro de 1973, intitulado *Títulos Brasileiros* enfatiza:

O chamado milagre brasileiro na realidade não existe. O êxito da política desenvolvimentista nacional é tão somente fruto do trabalho consciente, do planejamento organizado, da ordenação imposta às disponibilidades, do emprego criterioso dos recursos, tendo em vista a produção de maneira global e a escalada de crescimento da economia do país (Jornal do Dia, 10 de janeiro de 1973, p.02).

Quer dizer, o “milagre” não existia. O “milagre” era cotado como a consequência de um trabalho árduo e planejado do governo, iniciado desde 1964.

O desenvolvimento e o crescimento econômico do país já vinham sendo expostos nas edições do jornal desde fins de 1968. Porém, a expressão “milagre” foi cunhada em seu editorial pela primeira vez na edição de 03 de julho de 1971, cujo artigo se intitula: *Grandeza do Povo*. No artigo fala do contexto de crescimento do Brasil que havia sido tema de discussão no fim da reunião do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso. Desse modo, o editorial afirma: “Vista deste ângulo, é possível que a razão esteja como os que enxergam a ocorrência em nosso País de um “milagre econômico”, a exemplo do que se costuma dizer do renascimento da Alemanha e do Japão no Pós-guerra” (Jornal do Dia, 03 de julho de 1971, p.02). A ideia de reafirmar o crescimento usando discurso feito por terceiros, como já claro neste texto monográfico, foi bastante usada pelo jornal a fim de fundamentar os argumentos em torno do desenvolvimento.

Tudo isso mostrava que o país havia acordado. Um renascimento que, de acordo com o periódico teve base na “Revolução Democrática de 1964”. O desenvolvimento do país nas páginas do jornal teria sido um trabalho iniciado a partir do golpe que, naquele momento, com a política eficaz do presidente Médici estava conseguindo alcançar seus verdadeiros objetivos. Mas, afinal, o que era desenvolvimento para o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*? O impresso buscou passar a ideia de que desenvolvimento estava além do econômico, passando ao nível social. Prerrogativa que já foi falada anteriormente quando na análise sobre a imagem construída do presidente Médici no periódico. Como verificado, o jornal propunha as medidas “sociais” realizadas naquele governo como sendo uma preocupação pessoal do presidente.

Porém, o desenvolvimento social foi posto como uma espécie de consequência de um contexto de crescimento amplo como foi afirmado no editorial de 13 de junho de 1973 intitulado: *Tônica Social*. O editorial disse: “a redistribuição de renda ganha condutos naturais, para processar-se automaticamente, à medida que a produção aumenta, as oportunidades se multiplicam e o desenvolvimento amplia seus resultados” (O Estado do Maranhão, 13 de junho de 1973, p.03). O impresso afirmava, desse modo, que os benefícios e

os resultados sociais do regime se concretizariam “automaticamente” e, de forma natural atingiria toda a população conforme o país iria ampliando o leque do desenvolvimento.

Mas o jornal afirmava que o Governo Federal estava realizando um grande esforço a fim de repartir a riqueza produzida pelo Brasil naquele contexto. Médici estava trabalhando arduamente no intuito de integrar o país, implantando projetos no norte e nordeste para superar os desníveis regionais e sociais. O presidente igualmente se preocupava com todos os setores do país, desde a indústria até a agricultura. Assim, no editorial datado de 20 de agosto de 1971 intitulado: *Proteção aos trabalhadores nas rodovias da integração*, o artigo disse que o crescimento e o progresso tinham a finalidade de buscar a felicidade do homem em sua amplitude. Essa vertente, de acordo com o editorial, era a filosofia da Revolução. O editorial diz:

As novas fronteiras econômicas que opulentam o Brasil de nossos dias não teriam sentido se não ostentassem um colorido social humanista, colocando no centro de sua dinâmica o homem, seu bem-estar e sua segurança. E vale registrar que o homem tem sido, de fato, a tônica política e da filosofia que, desde o advento da Revolução vem impulsionando o país, imprimindo-lhe nova fisionomia e novos rumos (Jornal do Dia, 20 de agosto de 1971, p.02).

Aqui é afirmado que o bem-estar e a segurança do homem eram o centro da preocupação do governo. O homem seria o sentido da “Revolução”, a “tônica política” e a filosofia do governo, desde 1964. Continuando, o jornal reconhece que no primeiro momento o reordenamento econômico foi prioritário, já que esse setor do país estava em estado de calamidade. Porém afirma que teria sido a partir do desenvolvimento econômico-financeiro que as condições para o bem-estar social deveriam ser e, estariam sendo implantadas na época. Agora com a economia crescendo o povo iria se beneficiar da distribuição das riquezas.

Desse modo, o editorial de 16 de dezembro de 1971, intitulado: *Decolagem para o Desenvolvimento* afirma que “o advento da etapa de desenvolvimento com justiça social, em que se operam transformações de qualidade na vida de uma nação. É a fase em que o Brasil está ingressando” (Jornal do Dia, 16 de dezembro de 1971, p.02). Porém, isso não passa de uma visão deturpada que busca legitimar o rápido crescimento. O Brasil jamais ingressou na etapa do “desenvolvimento com justiça social”. Não para a maior parte da população. No auge do chamado “milagre econômico” a concentração de renda aumentou e a população mais pobre sofreu com os resultados dessa política. Aspecto, inclusive, que o governo federal tentou a todo custo esconder, proibindo e censurando a imprensa e qualquer órgão de comunicação que fizessem críticas ao governo. Não que o *Jornal do Dia/O Estado do*

*Maranhão* tenha sofrido em algum momento qualquer ameaça de censura. Até porque, jamais imprimiu crítica ao governo. Por opção, desde o início do golpe se manteve favorável e atuou como um Aparelho Privado de Hegemonia do regime.

Se em algum momento houve uma perspectiva de “crítica” do periódico ao fato do crescimento econômico não estar acompanhado do desenvolvimento social, logo foi justificada pelo editorial e suavizada. Conforme o editorial (16/12/1971) aqui citado, segue:

Não se iluda o Governo Médici de que todos os nossos problemas estejam equacionados ou em vias de soluções, com o simples crescimento do Produto Nacional. Mas é irrecusável que o crescimento, mesmo trazendo na esteira outros custos sociais, contribui de maneira substancial, para melhoria das condições de vida do povo. Graças a ele é que se tornou possível colocar em marcha poderosos mecanismos de distribuição de renda (Jornal do Dia, 16 de dezembro de 1971, p.02).

Talvez se esteja cometendo um erro grave no uso da palavra “crítica”, já que o texto, na realidade, reafirma que o modelo político-econômico, que embora ainda não tenha resolvido todos os problemas do país, estava melhorando e implantando mecanismos para a redistribuição das riquezas proporcionada pelo desenvolvimento. Se por ventura o periódico destacou que alguns setores não haviam se beneficiado totalmente do crescimento do contexto, não se tratava de uma apatia do governo frente aos problemas do povo. O Poder Executivo estava desenvolvendo diversos projetos para superar as desigualdades sociais e regionais. Projetos que estavam fazendo a diferença no seio da população. Segundo o impresso, o aumento da produção e do poder aquisitivo beneficiavam diretamente o povo, que participava dos frutos colhidos pelo governo naquela época. Destacava ainda, que o futuro seria promissor nos próximos anos.

Mas apesar do quesito social que o periódico tentou imprimir no conceito de “desenvolvimento”, como veremos mais a frente, desenvolvimento para o impresso era, especialmente, o crescimento do PIB e das exportações, crescimento da indústria e, a redução da inflação. Esses foram os temas beneficiados pelo jornal, colocados como essencial no processo de crescimento. A exaltação do desenvolvimento era eminentemente porque o país estava crescendo 10 ou 11 por cento ao ano. Para ter-se uma ideia contundente do que está sendo afirmado aqui, analisemos o editorial datado de 04 de junho de 1972, cujo título é designado por: *A Economia Brasileira*. O editorial destacou que o Brasil crescia “assustadoramente”. Isso permitia pensar, de acordo com o artigo que o futuro seria de progresso incontestável. Assim, destacou que o Brasil:

Deixou de ser o país do futuro, para ser o país de hoje, embora, seja certo que o amanhã é um fato indesmentível. Ele vive o presente com afirmações no futuro, já que não divaga na poética e sonhadora frase de “Brasil, um gigante adormecido”, porque, a fantasia se transformou em algo de real e a ilusão ficou para os apocalípticos de um mundo imaginário (Jornal do Dia, 04 de junho de 1972, p.02).

O que caracterizava o Brasil o país do “hoje” que seria um país do “futuro”, eram os índices de crescimento econômico que apresentava. O periódico segue fazendo alusão à ida do Ministro Delfim Neto ao presidente da república, que, conforme o jornal iria apresentar um relatório que constava o crescimento econômico que o país tivera nos últimos seis meses do ano de 1972. Afirma que a inflação estava na ordem de 10 por cento, as exportações de 4,5 bilhões de dólares e o PIB com 65 bilhões de dólares. Aqui, o jornal parte de dados supostamente inquestionáveis destacados pelo Ministro da Fazenda para legitimar o argumento que constrói a seguir. Assim, conforme o editorial, ainda havia a previsão, segundo a qual a inflação não ultrapassaria a 15 por cento naquele ano. O jornal afirma:

Esses são os fatos da nossa afirmativa e tem mais porque, temos condições de continuar crescendo entre cinco e dez por cento nos próximos dez anos, o que não deixa de ser algo extraordinário. Ao que tudo indica baseando-nos em previsões de autoridades no assunto, no corrente ano, o progresso deste país andará em torno de nove por cento, com as exportações chegando aos 3,5 bilhões de dólares e a inflação baixando para quinze por cento (Jornal do Dia, 04 de junho de 1972, p.02).

O jornal deixa claro, neste parágrafo, a ideia de desenvolvimento que o Aparelho Privado de Hegemonia compartilhava e veiculava em suas publicações diárias. Continua afirmando que:

É essa a nossa análise a respeito do desenvolvimento da economia nacional, feita sem otimismo exagerado e nem ufanismo verde-amarelo, mas, com o senso dos que sabem discernir entre o que é bom para o Brasil e o que não é. Como aquele slogan nós também poderíamos repetir: “Ninguém mais segura este país” (Jornal do Dia, 04 de junho de 1972, p.02).

O periódico indica que as previsões feitas não se tratavam de “otimismo exagerado” ou “ufanismo”, pois eram constatações feitas a partir dos dados apresentado por Delfim Neto. Como já destacado, o editorial é a parte do impresso que expressa a tendência ideológica da empresa jornalística. A ênfase e o tom pessoal - na palavra “nossa” – do editorial desta edição, demonstram e reforçam ainda mais o caráter de apoio à Ditadura Civil-Militar ao governo Médici naquele período.

O jornal também pretendeu afastar as críticas contra a política econômica do governo que surgiram naquele período. O contexto de plena desigualdade e concentração de renda ocorrida na época, também foi expresso na imprensa internacional. O próprio jornal aqui em análise, na edição de 16 de setembro de 1972 intitulado: *Críticas sem Fundamentos* chegou a comentar uma posição crítica partida do impresso *The Wall Street Journal* sobre o modelo econômico do país. O periódico internacional afirmava que a redução da inflação decorria dos baixos salários direcionados ao povo brasileiro. Mas, o impresso maranhense argumentava que:

Um rápido exame de nossa política salarial, entretanto, mostrará que os reajustamentos concedidos aos trabalhadores compreendem, além da correção efetiva dos efeitos inflacionários, um outro acréscimo correspondente ao aumento da produtividade global verificada no período. Assim, em cada novo acordo, os trabalhadores são contemplados com um acréscimo real de salários, fato que deve ter espantado aos rigorosos críticos do jornal estrangeiro (Jornal do Dia, 16 de setembro de 1972, p.02).

O *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* crítica a posição do *The Wall Street Journal* ressaltando que os “rigorosos críticos” deveriam ter conhecimento da política salarial do país, pois o governo fazia reajustamento que eram realizados a partir da correção da inflação e do “aumento da produtividade global” da época. Este último, no entanto, jamais efetivado nos anos do “milagre”. Com relação os índices da taxa da inflação, eram alterados, sendo cotado bem mais abaixo do valor real. Isso resultou na prática na redução dos salários dos trabalhadores. O compromisso do regime era com o grande capital, e não com a classe trabalhadora. Mas, de acordo com o jornal – objeto de estudo desta monografia – o trabalhador estava tendo benefícios reais e o governo se preocupava com aquela categoria. O *jornal do Dia/O Estado do Maranhão* continuou criticando o impresso *The Wall Street Journal*, que fala do abismo social no país. Mas, o periódico maranhense destaca:

Também aí faltou ao analista um contato mais íntimo com a realidade nacional, onde se pode observar claramente, através do PIN, do PROTERRA, do PIS e de outros grandes projetos o empenho governamental em transferir recursos de grupos e áreas sociais mais desenvolvidas para aquelas que ainda não encontraram um padrão de prosperidade compatível com a riqueza do conjunto (Jornal do Dia, 16 de setembro de 1972, p.02).

O impresso maranhense novamente afirma o desconhecimento do periódico estrangeiro para com a realidade do Brasil. Assim, elenca os programas do Governo Federal

realizados, de acordo com o periódico, no sentido de transferir recursos a local do país que ainda não havia prosperado.

O *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* se “esquece” de contar a História contemporânea daquele Brasil e, não apresenta os problemas em torno do crescimento acelerado do país. Tendenciosamente não veicula os aspectos em que o “milagre econômico” esteve sustentado. O milagre teve base na aceleração do crescimento e na acumulação capitalista, tornada possível em função da grande exploração da classe trabalhadora. A desarticulação dos sindicatos facilitou a implantação dessa concentração de riqueza e repressão salarial.

O jornal não contou que outro prisma de sustentação daquele modelo econômico tenha sido o endividamento externo que no início de 1974 era de US\$12,6 bilhões, 90 por cento superior a do ano de 1971 (SKIDMORE, 1988, p.282). Não falou que a concentração de renda e as desigualdades sociais aumentaram e o trabalhador teve que pagar com o arrocho salarial, dentre outros problemas, advindos do crescimento acelerado sem que houvesse ao mesmo tempo políticas de redistribuição de renda.

O bem-estar social, diferente do que afirma o jornal, não fazia parte da preocupação do governo. O projeto realizado a fim de “integrar” o país visava propor condições para o investimento do capital estrangeiro e não melhorar a vida das pessoas que habitavam aquelas regiões. A indústria foi a principal beneficiada e o setor de bens duráveis foi considerado primordial para o desenvolvimento do país. O governo, inclusive, chegou a retirar os quilômetros de ferrovias a fim de incentivar a indústria automobilística. Enquanto isso, a agricultura ficara estagnada e, junto com os setores da saúde e da educação (com exceção da educação superior) tiveram pouca atenção do governo.

Mas precisava-se construir o consenso e tornar aquele modelo econômico hegemônico. Mesmo porque, o censo de 1970 havia acirrado às críticas ao governo, já que mostrara que desde 1960 a concentração de renda tinha aumentado significativamente. As críticas vinham dos intelectuais nacionais e internacionais. Os membros do governo combatiam argumentando que o rápido crescimento se justificava para que em longo prazo fosse redistribuída as riquezas a população. Era a famosa ideologia: primeiro o bolo precisava crescer para depois ser repartido. Mas o governo estava empenhado em levar a riqueza a toda a população. Ou seja, exatamente o que os editoriais afirmavam.

Portanto, o jornal buscou afirmar o desenvolvimento do Brasil veiculando a ideologia do “milagre Econômico”. Um desenvolvimento que no seu conceito puro foi colocado pelo bom desempenho da economia apresentada no período. A legitimidade do “milagre” foi

buscada pela afirmação cotidiana dos dados apontados em torno do crescimento da indústria, das exportações, do PIB e da redução da inflação. Para fundamentar os argumentos em torno do desenvolvimento, constantemente o jornal se referiu à imprensa internacional que, supostamente, vinha reconhecendo e elogiando o crescimento do Brasil. Mas o impresso tentou imprimir arduamente a ideia de que a maior parte da população já vinha se beneficiando das políticas sociais realizadas pelo Governo Federal a fim de redistribuir a riqueza do crescimento do país e, que no futuro próximo seria algo consolidado em todas as regiões e setores do Brasil.

### **3.3- O AI-5 e o Estado Autoritário: “Brasil Modela Democracia”**

Procurou-se nessas páginas em diante perceber aspectos em torno do que o jornal buscou construir sobre o Estado que estava em vigor no contexto aqui em análise. Um questionamento essencial para a condução das análises se pautou, especialmente na pergunta: Como o jornal classificava o Estado brasileiro no período? O texto tem o objetivo de entender o que o jornal pensava sobre o AI-5 e as medidas autoritárias do regime a partir da leitura que o mesmo fazia sobre a forma de governo vigente no país. Porém, verificou-se que o mesmo se afastou daquilo que se pode classificar por um Estado Autoritário.

O impresso indicava que o país vivia naqueles anos uma democracia, dentro das suas especificidades. Do outro lado, afirmava que era necessário um diálogo para restabelecer o modelo democrático na sua plenitude. No editorial datado de 17 de junho de 1972 intitulado: *Liderança do Modelo Político*, numa discussão sobre o modelo de Estado do país, o impresso cita o senador Fernando Correa da Costa que diz que:

O país, tem vivido nos últimos anos, fase de progresso, de paz e bem-estar que são valores muito importantes dentro do panorama mundial e que precisam ser preservados em benefício da própria Nação.  
 (...) Somos um povo democrata que se preocupa, por isso mesmo, com a sorte da democracia. O regime brasileiro está necessitando apenas de alguns acabamentos que não podem e não deve ser conduzido com precipitação (Jornal do Dia, 17 de junho de 1972, p.02).

Isto é, no país não havia um Estado Autoritário e sim um Estado Democrático, com sua singularidade. De acordo com o texto, aquele modelo político estava trazendo progresso e bem-estar ao país, portanto a condução para o restabelecimento democrático deveria ser tratada com cautela, pois os benefícios à nação deveriam ser assegurados no processo. Até porque aquele modelo só precisava de alguns “acabamentos”.

O Estado Autoritário no Brasil foi representado pelos pesquisadores do tema em função das medidas autoritárias de cunho político e econômico tomadas pelo regime naquela época. No entanto, como expresso anteriormente, o jornal justificava o crescimento exatamente pelas medidas eficazes realizadas naquele setor. Enquanto isso, houve no periódico a construção de um cenário de instabilidade, em função da atuação dos ditos subversivos no país. O que justificava as medidas efetuadas no setor político para o combate dos comunistas e dos contrários do regime. Embora o impresso não tenha falado dos métodos usados pelo governo para eliminar os supostos “subversivos”, as ações autoritárias do governo foram expressas como necessárias. Nessa perspectiva, o jornal veiculou notícias sobre as ações da guerrilha, chamadas pelo periódico de atos terroristas e inaceitáveis. Do outro lado, publicava que o governo vinha realizando esforços na erradicação dos guerrilheiros. No entanto, a tortura e prisões arbitrárias realizadas pelo Estado autoritário sobre os ditos “subversivos” ou suspeitos políticos não foram veiculadas.

Na época as ações autoritárias do governo foram denunciadas tanto no contexto interno quanto externo. Numa intenção clara de combater tais críticas o jornal publicava muitos editoriais com o mesmo objetivo do veiculado no dia 18 de agosto de 1972 com o título: *A imagem do Brasil no Exterior*. O artigo indica que internacionalmente o país era visto de forma positiva. Assim ressalta: “passado o período de confusão propositadamente lançada no exterior pela subversão derrotada, o mundo conseguiu, finalmente, erguer a cortina de calúnia de mentiras e ver o Brasil por sua verdadeira imagem” (Jornal do Dia, 18 de agosto de 1972, p.02). O editorial estava se referindo a projeção negativa do Brasil no exterior em função das ditas mentiras lançadas sobre a afirmação de que no país havia tortura a presos políticos. Porém, agora o contexto nacional estava sendo visto por sua “verdadeira imagem”.

O editorial segue ressaltando que, segundo o relatório feito por Médici quando foi aos EUA, a imagem do país no exterior é aquela do desenvolvimento econômico e social, isso porque, de acordo com o editorial o Brasil é:

Progresso econômico, capacidade de aceitar desafios, firme determinação de dar cumprimento ao destino histórico do País, através de uma sociedade livre e aberta, em que todos, brasileiros e estrangeiros aqui radicalizados tenham condições de prosperar, participando do esforço total da Nação e dos frutos do seu trabalho (Jornal do Dia, 18 de agosto de 1972, p.02).

O editorial afirma que o Brasil vive numa “sociedade livre e aberta”. O país tinha uma democracia pautada na justiça e solidariedade, pois a Revolução havia implantado um sistema político que possuía uma “Constituição que define o próprio regime democrático”.

No entanto, no editorial datado de 08 de junho de 1972 intitulado: *Brasil Modela Democracia*, numa referência ao Ministro da Justiça, o jornal aponta que a Constituição ainda não estaria pronta. Desse modo, destaca: “a constituição é um passo fundamental para restaurar a autenticidade brasileira e, revelar o espírito criador de seus juristas, militares e políticos, todos eles vêm compreendendo que cada povo há de votar sua própria fórmula de salvação” (Jornal do Dia, 08 de junho de 1972, p.02). Ou seja, embora a Constituição fosse primordial para a democracia, o povo entendia que o modelo vigente de Estado seria uma espécie de “fórmula de salvação”. O impresso continua e, indica que os procedimentos escolhidos e praticados pelos comunistas não podiam inibir o Estado. Este não poderia deixar a família, a juventude, ser absorvidos por esses atos condenáveis de terror e crime contra a nação. Assim, afirma:

Não há guerra mais odiosa que a guerra subversiva, cujo paladino é o terror. Ela se instala dentro de nossas casas, embora a serviço de nações estrangeiras donde recebe as instruções e os recursos. O progresso dos comunistas se operou não pelas virtudes de suas ideias, mas pelas frequentes e sucessivas concessões dos democratas (Jornal do Dia, 08 de junho de 1972, p.02).

Quer dizer, as ações do governo estavam legitimadas, pois havia ali uma “guerra subversiva” inaceitável. Mas o editorial enfatiza que a nação estava satisfeita com o modelo político, pois as eleições de 1970 mostraram suas preferências para com o partido oficial do governo, a ARENA. Oculta, desse modo, o fato de parte expressiva da oposição, aconselhar o voto em branco e nulo como forma de protesto ao regime. Dessa forma, diz: “o povo preferiu a ordem e a estabilidade. Adotou novos conceitos das realidades, liberto dos preceitos de outros tempos” (Jornal do Dia, 08 de junho de 1972, p.2). O editorial sugere aqui que em meio aquele cenário “odioso” ratificado pela subversão, a população absorveu um novo conceito de “democracia” para estabelecer a ordem no país.

Mas, embora o jornal buscasse imprimir na população que aquele modelo autoritário, frente à instabilidade política e econômica do contexto, era imprescindível, dizia que no futuro a abertura política deveria ocorrer. E teria que ser eminentemente conduzida pelo povo. No editorial datado de 06 de janeiro de 1973 intitulado: *Boa possibilidade de abertura*, o artigo faz uma referência a Afonso Arinos, que teria dito que no estágio de desenvolvimento do país havia a possibilidade de abertura política. O mesmo ressalta que: “isto será possível na restauração de um modelo que classificou de democracia estatizante a qual asseguraria a garantia dos direitos individuais” (Jornal do Dia, 06 de janeiro de 1973, p.02).

De acordo com o jornal, citando Arinos, o Brasil estava encaminhando seu modelo político para uma democracia estatizante, visto que mais de 70 por cento das empresas que controlavam a economia eram estatais. Uma informação que não confere a realidade, tendo em vista que as empresas estatais até podiam dominar a indústria de base, mas o setor de bens duráveis e de capital imperava as empresas estrangeiras. Enquanto isso, o setor de bens intermediários e de consumo não duráveis era controlado pelo capital privado nacional (ALVES, 1984, p. 148-149).

O impresso (06/01/1973) continua ressaltando que a segurança interna proporcionaria o crescimento e condições ao país para a reabertura política, assegurando no processo os direitos individuais da população. Nesse sentido, com a conjuntura do desenvolvimento, o jornal afirma que o AI-5 já poderia ser suspenso e a democracia restaurada. Assim, o periódico diz que: “entende que o esforço pelo desenvolvimento está estimulando não só os setores responsáveis pelo regime, mas até o povo a empreender a caminhada para a democratização da sociedade brasileira” (Jornal do Dia, 06 de janeiro de 1973, p.02). Ou seja, a democracia deveria ter a marca do povo no seu processo. Seriam eles os verdadeiros protagonistas e responsáveis para implantar o Estado Democrático no Brasil na sua plenitude. Aqui a ideia que perpassa é que no momento certo, a população mesmo se daria conta e faria o processo tranquilo ou naturalmente.

O AI-5 não era considerado pelo impresso uma medida autoritária, pelo contrário, era uma medida saneadora de elementos perigosos a sociedade. O homem de bem, patriota e justo, não seria atingido. Tais medidas visavam justamente protegê-lo. Desse modo, as matérias e notícias que o jornal veiculou após a publicação do AI-5 tiveram a pretensão de justificar e pontuar sua necessidade para aquele momento.

Na edição de 14 de dezembro de 1968, um dia após o decreto do AI-5, o impresso veicula uma notícia que chama muito atenção, com o título *Ato número cinco: decretado recesso: congresso*. O título e o texto estão com destaque e possuem um espaço privilegiado no periódico a fim de fundamentar um interesse do jornal que estar: “na escolha da capa, das manchetes, das imagens e das afirmações destacadas, nas entrevistas, na hierarquização do assunto etc.” (CHAMMAS, 2012, p.16-17). Desse modo, o texto diz que o AI-5 teria sido resultado de uma reunião do presidente Costa e Silva com o Conselho de Segurança Nacional e, tinha o objetivo de proteger o povo do perigo subversivo.

O texto continua e, de forma resumida, expõe as medidas que a partir de então entraria em vigor. A notícia é veiculada com o propósito de justificar o ato, e numa referência ao presidente Costa e Silva diz:

A Revolução não foi: é e continuará; que a Constituição pela qual a Revolução se institucionalizou deveria assegurar a obra revolucionária mas os instrumentos jurídicos estavam sendo utilizados contra os princípios revolucionários; e face às tentativas de perturbar a ordem (Jornal do dia, 14 de dezembro de 1968, p.01).

O impresso endossa enfaticamente o argumento dos militares. Assim, o jornal completa “se impunha o apelo à medida excepcional para preservar os objetivos revolucionários” (Jornal do Dia, 14 de dezembro de 1968, p.01). O impresso por meio das publicações direcionava seus leitores a pensar que o AI-5 era inevitável, tendo em vista a instabilidade política da época. O Ato Institucional nº 5 faria superar o espaço político-administrativo que moralizaria a vida social e individual. A medida era em prol da classe trabalhadora, do povo e do bem-estar daqueles que amava sua pátria. Seria com o objetivo de construir uma nação com desenvolvimento e afastar todos aqueles que ameaçavam ou impediam o país a caminhar num futuro de otimismo e vitória e cumprir seu destino de Grande Potência que o dito ato teria sido instaurado.

O periódico seguiu fielmente a justificativa oficial para a implantação do AI-5. Nesse sentido, a linha de que havia no país a tentativa da contrarrevolução foi amplamente divulgada. Desse modo, a edição de 20 de dezembro de 1968, uma das notícias de primeira capa diz *Planalto: havia a contra-revolução*. A notícia dizia que por meio das investigações feitas pelos órgãos de segurança da nação dizia que “a participação do clero, chamado progressista e de certo veículos de comunicação, especialmente na deturpação dos fatos, demonstram a existência de um movimento contra-revolucionário” (Jornal do Dia, 20 de dezembro de 1968, p.01). Assim, o jornal continua:

A agitação iniciada em sessenta e quatro e desdobrada gradativamente nos anos imediatos assumiu proporções inquietadoras em sessenta e oito, traduzindo-se na atividade dos movimentos refugiados de cassados, como também de elementos esquerdistas da imprensa e do chamado clero progressista (Jornal do Dia, 20 de dezembro de 1968, p.01).

O impresso conclui a notícia afirmando que: “as informações continuaram sendo prestadas periodicamente” (Jornal do Dia, 20 de dezembro de 1968, p.01). No entanto, o discurso de que a aplicação do AI-5 teria sido uma resposta em função da radicalização dos movimentos de esquerda entre os anos de 1967 e 1968 se torna inviável, já que desde o primeiro momento os golpistas trataram de tomar medidas autoritárias e repressivas aos que criticaram ou se mostraram contra o governo implantado pelos golpistas em 1964. Mas o

impresso explicava que o AI-5 teria sido um método excepcional, com pretensão de assegurar a democracia no país. Na perspectiva do discurso oficial, o jornal não olhava a ditadura como tal. Como vimos antes, o discurso de que o país vivia uma República Democrática era claramente posto no periódico que diariamente veiculava notícias reafirmando tal prerrogativa. Se em algum momento o Estado estaria sendo autoritário, seria unicamente para manter a segurança do país, justificativa, inclusive demasiadamente colocada pelos golpistas.

É na perspectiva de reafirmar a vertente democrática do regime, que na edição de 28 de dezembro de 1968 é colocado na primeira página o texto relacionado a um pronunciamento de Costa e Silva. A matéria vinha com o título: *Costa: não a ditadura*. Dessa forma, o texto diz:

Em cerimônia realizada perante Chefes Militares, o presidente Costa e Silva afirmou que as medidas que teve de efetivar são caracterizados pelo “modo de ser brasileiro” e que “não tolera ditaduras e os poderes de que se acha investido visam apenas evitar que a democracia se auto-destruísse (Jornal do Dia, 28 de dezembro de 1968, p.01).

O AI-5, de acordo com a ideologia que perpassava no jornal, por meio da implantação de medidas econômicas e financeiras eficazes, a partir dos seus fundamentos, iria tornar o crescimento do Brasil algo concreto e imbatível. O mesmo iria ocorrer com a inflação, cujas medidas enérgicas baseado no Ato iriam retirá-la do cenário nacional.

Uma interessante edição, que não poderia deixar de ser citada, trata da publicada em 12 de março de 1971. Na primeira página, numa espécie de nota e com o título *Os Governadores e AI-5º* foram colocadas as seguintes perguntas: “Poderão os novos governadores levar à frente os seus programas de desenvolvimento com o Ato Institucional nº 05 em plena vigência?” “O que o Ato tem a ver com suas administrações?” “E do ponto de vista político, que dificuldades lhes causará?”. Ainda na nota, o periódico dá ênfase à fala do governador que assumiria o Estado de São Paulo nos próximos dias e destaca a fala do político que disse: “uma coisa não tem nada a ver com a outra” (Jornal do Dia, 12 de março de 1971, p.01).

Desse modo, na parte do editorial o artigo vem com o mesmo título: *Os governadores e o AI-05*. O impresso logicamente apresenta uma proposta de “discussão” sobre as implicações que a medida autoritária causaria sobre as governanças estaduais. Nesse sentido, a fim de argumentar que o AI-5 não se refletiria em aspectos negativos nesse espaço político, o jornal dá ênfase a fragmento das falas do então, atual e futuro governador do Estado de São Paulo na época sobre o assunto. Cita, assim, a fala de Laudo Natal que diz: “não considero

prudente a revogação do Ato Institucional nº 05, no momento atual”, pois, “o AI-05 não constitui problema algum” (Jornal do Dia, 12 de março de 1971, p.02). O governador ainda afirmava que o AI-5 fortaleceria o partido do governo, a ARENA, que tinha pretensão de incentivar a juventude a participar dos processos políticos.

O jornal também cita o governador Abreu Sodré, que sobre a problemática considera que o AI-5 é:

Um andaime que não pode ser retirado antes do tempo, sob pena de comprometer o arcabouço, em construção.

Nós políticos – disse – tanto quanto o presidente da República, desejamos a normalidade institucional. Mas, o AI-05 – repito – é um andaime – Numa construção, ninguém retira o andaime antes do tempo (Jornal do Dia, 12 de março de 1971, p.02).

Embora com esses discursos, os ditos governadores diziam estar comprometidos com a missão de redemocratizar o Brasil, criticavam a atuação do MDB no sentido de lutar pela revogação do AI-5. Desse modo, Sodré afirmava que a oposição não teria vocação de conduzir o país à democracia. Em referência a fala de Sodré, o jornal diz: “as condições políticas brasileiras não impediriam o êxito do sistema e contribuiriam para o fortalecimento do legislativo”. Assim, Sodré destaca: “com isso – declarou – criar-se-ia uma nova imagem de legislativo atuante” (Jornal do Dia, 12 de março de 1971, p.02).

Isto é, não havia motivos para revogar uma medida que estava dando certo. Afinal, como colocado neste texto monográfico, os editoriais aclamavam o crescimento econômico e social, a indústria crescia, as exportações aumentavam, a inflação caía, além disso, o governo estava conseguindo a segurança da nação e dos seus compatriotas, pois os subversivos estavam sendo combatidos e tirados do âmbito público. Portanto, a ordem estabelecida e todo o crescimento deveriam ser comemorados. O que foi conseguido com muito trabalho pelos instrumentos revolucionários, embora com medidas, por vezes severas, mas, segundo o periódico, necessárias. O jornal dizia que o regime havia acertado na receita. Os resultados, que eram cotados como supra positivos estavam mostrando e comprovando a perspectiva verídica dos fatos.

Afirmar o aspecto democrático do regime autoritário e repressor foi primordial. Até porque, de acordo com o discurso oficial, a chamada “Revolução” teria sido em defesa da Democracia, da Constituição, ameaçada – de acordo com editorial do dia 19 de maio de 1973, intitulado *O Presidente e o Povo* – pela “conspiração daqueles que desejavam nos submergir no caos para instaurar em nosso país um regime sem Deus, e por isto, sem justiça” (O Estado

do Maranhão, 19 de maio de 1973, p. 03). A ditadura precisava ser legitimada. Portanto, as medidas autoritárias – por exemplo, o AI-5 – do Estado foram suavizadas e consideradas necessárias para que os objetivos no âmbito político e econômico fossem implantados.

Desse modo, o impresso também combateu as críticas surgidas contra o governo no período, que se dava principalmente com relação à repressão que nos anos Médici foi utilizada sem precedentes. No período em que Médici governou estava em vigência o AI-5 e todo o conjunto dos atos implantados pelo regime, assim como os decretos-leis e a Lei de Segurança Nacional sancionada em 1969. Esses legitimaram a repressão e todo o autoritarismo de estado que se materializou nas ações tanto coercitivas quanto nas decisões políticas e econômicas do regime Civil-Militar. A liberdade e os direitos constitucionais foram suprimidos e a democracia aniquilada.

Enquanto isso, o AI-5 ampliou o espaço para as medidas arbitrárias. A repressão foi institucionalizada. A partir de então o modelo autoritário capitalista teria plena tranquilidade de implantar a política econômica e social da melhor forma possível, sem que houvesse contestação, pois o aparelho repressivo estava cuidando dos contrários às medidas do regime.

Um editorial do *New York Time* de 1972 questionou se o país precisava da repressão para obter bons resultados na economia (SKIDMORE, 1988, p. 308). Ou seja, o Brasil estava sendo mal visto no exterior. O *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão*, como um Aparelho Privado de hegemonia deveria fazer sua parte e desconstruir aquela imagem negativa. Por isso, legitimar o Estado autoritário dando a ele a especificidade de um modelo democrático brasileiro foi fundamental. Do mesmo modo, esconder os mecanismos utilizados pelo aparelho repressivo no combate aos opositores e reafirmar a ideologia democrática do regime teve grandes resultados. O governo negava que houvesse tortura nas imediações do DOI/CODI quando era denunciado pelos críticos.

No entanto, a ideia de que o Brasil estava desenvolvendo em aspecto econômico não poderia ser aceito dentro da população mais pobre que não via materializado no cotidiano aquele crescimento. Para isso era preciso construir o consenso diariamente no órgão oficial e nos Aparelhos Privados de Hegemonia, e, também, a partir para a coerção. Era preciso combater os discordantes do governo e garantir a estrutura institucional repressiva para que a acumulação capitalista fosse garantida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia que vem sendo trabalhada nesta monografia é de que o jornal é um Aparelho Privado de Hegemonia da Sociedade Civil com pretensão de tornar projetos políticos e econômicos de uma fração da classe dominante, de acordo com o conceito gramsciano, hegemônicos na sociedade. O Estado, no qual a burguesia tem grande influência – embora não seja passivo da mesma, como demonstrado na discussão que se colocou sobre Estado no 1º capítulo – procura atender aos interesses dessa classe, que são legitimados nos diversos Aparelhos Privados de Hegemonia, onde se encontra, também, a imprensa, que foi o objeto de estudo em análise.

Afirma-se nesta monografia que o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* foi um Aparelho Privado de Hegemonia que teve o intuito de tornar o projeto político e econômico do regime hegemônico na sociedade ludovicense. A hipótese central que conduziu a análise é de que o impresso, no contexto aqui analisado, buscou legitimar o governo Médici. Isso foi feito a partir da edificação da imagem popular do presidente que, conforme o jornal vinha desenvolvendo o país em aspecto econômico e social, sem que os direitos democráticos fossem prejudicados.

Isso foi possível observar não apenas pelas publicações veiculadas nas edições diárias do periódico, mas, inclusive, pelo que foi ocultado pelo mesmo. O jornal selecionou de maneira cuidadosa o que seria notícia. Do mesmo modo, descartou qualquer fato que pudesse manchar a construção ideológica que buscou edificar desde o início da ditadura.

Nos editoriais, onde está concentrada claramente a direção institucional do jornal, ficou obvio a construção de uma ideologia em torno da figura de Médici, do desenvolvimento, e a visão do Estado, bem como do AI-5. Mas a opinião do editorial certamente vem fundamentada no periódico como um todo, que por meio das matérias, notícias, artigos, etc., pretendem tornar seus argumentos comprovados. Inclusive, houve momentos em que a edição tratou isso de maneira direta, caso da edição de 12 de março de 1971, aqui trabalhada.

A linha ideológica construída pelo jornal, segundo a qual o país vivia numa sociedade democrática ficou clara na análise exposta. Certamente porque nunca sofrera censura ou punições pela Lei de Imprensa. Numa edição de 02 de maio de 1973, em função da mudança do nome do impresso do *Jornal do Dia* para *O Estado do Maranhão* foi publicado o editorial – assinado por José Sarney – publicado na primeira página, intitulado *Um Jornal, Uma Universidade*. O editorial afirma: “Um jornal deve ser uma universidade. A informação é, hoje, como a saúde, como a vida, um direito. Numa sociedade democrática é a base sem a

qual é impossível construir a liberdade; é o oxigênio sem o qual ninguém respira” (O Estado do Maranhão, 02 de maio de 1973, p.01). O editorial foi novamente reproduzido na edição de 1º de maio de 1974.

O jornal, assim como qualquer veículo de comunicação sustentou o discurso da imparcialidade. Mas suas publicações e editoriais mostram que mais que parcial, o jornal se mostrou uma “universidade” que teve o propósito de formar leitores com opiniões e ideologias que foi levada a cabo pelos golpistas nos anos da ditadura. Se o impresso veiculou informações como sendo “um direito” “sem o qual ninguém respira”, esse direito foi negado, ou no mínimo manipulado, pois as informações foram veiculadas de forma deturpada, e tendenciosamente foram ocultados os verdadeiros problemas do Brasil ao longo do regime e, principalmente, no governo Médici, que foi enevado pela ideologia do “milagre econômico”.

Um veículo que fala em “sociedade democrática” essencial para “construir a liberdade” esconde que o Estado autoritário, se utilizou dos métodos mais eficazes de aparelhamento que uma ditadura pode se dispor para erradicar qualquer ameaça à implantação dos interesses burgueses do grande capital nacional e internacional. Mas o regime não apenas censurou a imprensa que criticou o governo; não tirou apenas a liberdade de expressão, manifestação e contestação; não tirou só os direitos sociais e individuais; não tomou somente medidas autoritárias na condução da política e economia. A ditadura, prendeu, torturou e desapareceu com os que eles chamavam de “subversivo”, “perigo interno”, “comunistas”, “perturbadores da ordem e da moral pública”. E nos anos do governo Médici, sob o AI-5, o regime mostrou que poderia ser mais eficaz nesse sentido.

Já aparelhado com uma estrutura repressiva, os órgãos com essa função cuidaram de eliminar o “perigo interno”. Nenhum governo da ditadura perseguiu e desapareceu com tantos presos políticos como no governo Médici. Do outro lado, foi este governo que mais se utilizou da propaganda política. A AERP, órgão oficial, cuidou da imagem do presidente e do governo. No entanto, apenas a AERP, não era suficiente. O regime precisava dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Logicamente eles foram utilizados desde o processo de conspiração do golpe. Porém, no governo Médici tiveram incentivos. Foram destinadas verbas aos veículos ideológicos que eram favoráveis a ditadura na época.

Desse modo, sendo o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* um Aparelho Privado de Hegemonia tratou de construir uma boa imagem do governo Médici, que perpassou desde a edificação positiva do presidente – desde que foi eleito pelo Congresso – associando sua figura junto ao povo e as obras que realizou no seu governo; a veiculação da ideologia do desenvolvimento e do “milagre” – colocado como ímpar na História do Brasil, graças a

“Revolução” – a boa administração do presidente até a ideologia construída sobre o modelo de Estado – considerado uma democracia singular e um acerto político para que os objetivos de 1964 fossem alcançados. Exatamente o que Médici estava fazendo.

Um veículo de comunicação que funciona como um Aparelho Privado de Hegemonia certamente não tem como objetivo politizar a população e despertar-lhe o interesse pelos processos políticos do país. A ideia de um jornal que pretende tornar projetos da classe dominante consensual - que atua na ossatura do Estado – é de manipular e moldar pensamentos e ideologias. Foi o que fez o *Jornal do Dia/O Estado do Maranhão* durante o período da ditadura.

O jornal aqui analisado apresenta opções múltiplas para a realização de pesquisas acadêmicas. Este trabalho explorou o mínimo dessa dimensão. É um objetivo continuar investigando o impresso, no trabalho de dissertação de mestrado, recuando aos governos Castelo Branco e Costa e Silva. A pretensão é de ampliar o leque de pesquisa e, também, comparar com outros jornais que circularam na época no Maranhão, como por exemplo, o *Jornal Pequeno e O Imparcial*.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### a) Jornal do Dia

Jornal do Dia. **“Ato número cinco: decretado recesso: congresso”**. São Luís, 14 de dezembro de 1968, p.01.

Jornal do Dia. **“Planalto: havia a contra-revolução”**. São Luís, 20 de dezembro de 1968, p.01.

Jornal do Dia. **“Costa: não a ditadura”**. São Luís, 28 de dezembro de 1968, p.01.

Jornal do Dia. **Presidente tem todas as virtudes de conduzir o Brasil a seu destino**. São Luís, 02 de novembro de 1969, p. 01.

Jornal do Dia. **“Os Governadores e AI-5”**. São Luís, 12 de março de 1971, p.01.

Jornal do Dia. **“Os governadores e o AI-05”**. São Luís, 12 de março de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **A Visita e Seus Frutos**. São Luís, 13 de abril de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **O Cidadão Garrastazú**. São Luís, 17 de abril de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **“Presidente Confraterniza com o Povo e Promete Voltar”**. São Luís, 20 de abril de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **Grandeza do Povo**. São Luís, 03 de julho de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **“Também eu louvo o Presidente”**. São Luís, 11 de agosto de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **“Proteção aos trabalhadores nas rodovias da integração”**. São Luís, 20 de agosto de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **Política Social**. São Luís, 31 de agosto de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **“O Brasil no Exterior”**. São Luís, 05 de setembro de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **“Decolagem para o Desenvolvimento**. São Luís, 16 de dezembro de 1971, p.02.

Jornal do Dia. **A Economia Brasileira**. São Luís, 04 de junho de 1972, p.02.

Jornal do Dia. **“Brasil Modela Democracia”**. São Luís, 08 de junho de 1972, p.02.

Jornal do Dia. **“Liderança do Modelo Político”**. São Luís, 17 de junho de 1972, p.02.

Jornal do Dia. **“A imagem do Brasil no Exterior”**. São Luís, 18 de agosto de 1972, p.02.

Jornal do Dia. **“Críticas sem Fundamentos”**. São Luís, 16 de setembro de 1972, p.02.

Jornal do Dia. “**Alimentação**”. São Luís, 19 de novembro de 1972, p.02.

Jornal do Dia. “**Boa possibilidade de abertura**”. São Luís, 06 de janeiro de 1973, p.02.

Jornal do Dia. “**Títulos Brasileiros**”. São Luís, 10 de janeiro de 1973, p.02.

Jornal do Dia, **Brasil Hoje**, São Luís, 17 de fevereiro de 1973, p.02.

Jornal do Dia, **Como Contar a História de um Outro Brasil**. São Luís, 03 de março de 1973, p. 02.

#### **b) O Estado do Maranhão**

O Estado do Maranhão. “**Um Jornal, Uma Universidade**”. 02 de maio de 1973, p.01.

O Estado do Maranhão. **O Presidente e o Povo**. São Luís, 19 de maio de 1973, p. 03.

O Estado do Maranhão. “**Tônica Social**”. São Luís, 13 de junho de 1973, p.03.

O Estado do Maranhão. **Prestação de Contas**. São Luís, 04 de janeiro de 1974, p.03.

O Estado do Maranhão. **Orçamento Político**. São Luís, 05 de janeiro de 1974, p. 03.

#### **Bibliografia**

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista: Ensaio sobre a ordem econômica e social americana**. RJ: Zahar, 1978.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro : Revan; Brasília : EdUnb, 2001.

BARBOSA, Walmir. **O Estado e Poder Político em Marx** (referências incompletas).

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO, Norberto et al. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 13- 42.

CAPELATO, Maria Helena – **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo, ed. Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia – **O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia: o jornal “O Estado de S. Paulo”.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARMO, Jefferson Carriello. **Algumas Considerações Históricas sobre o Estado e a Sociedade Civil em Antônio Gramsci depois dos Cadernos do Cárcere.** Revista Agora, Vitória, nº05, 2007, p.01-15.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2012.

CORSI, Francisco Luiz. **Crise do capitalismo e reestruturação da economia mundial. As estratégias de desenvolvimento na América Latina.** In: XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social, 2010, Lisboa.

COSTA, Ramon Bezerra. **As origens do jornal O Estado do Maranhão.** In: X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – São Luis, MA – 12 a 14 de junho de 2008.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o Signo da Morte: decadência, violência, e tradição em terras do Maranhão.** Dissertação de Mestrado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. **Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e Democracia: a atualidade de Gramsci. In: Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**– São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DIAS, Karina Rodrigues. **A Imprensa como Agente Histórico. A Cobertura Jornalística dos Acontecimentos Políticos nas Páginas da Revista Veja (2002-2006).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros-MG, 2013.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986).** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

DREIFUSS, René. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe.** Rio de Janeiro, Vozes, 1987.

EMILIANO, José. *Imprensa e Poder: Ligações Perigosas.* Salvador: EDUFBA, 1996.

FERRARI, Vinícius Eduardo. **Poulantzas, o Estado e o Conceito de Hegemonia.** Revista de Estudos Sociais. Ano 2012, Nº. 28, vol. 14, p. 53.

FICO, Carlos. **Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão.** In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-205.

FREIRE, José Carlos. **O Conceito de Estado na Filosofia Política de Antônio Gramsci.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Filosofia de São Bento. São Bento- SP, 2010.

GIANNASI, Carlos Alberto. **A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969- 1973).** Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do grau de Doutor em História. São Paulo, 2011.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – O Princípio Educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. v. II.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado. Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedito Croce.** V. 01. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**, Trad . Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 3ª Ed. Civilização Brasileira, 1978.

GRASMSCI, Antonio. **Os jornais e os operários.** Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 18 março. 2015.

IANNI, Octávio. **O Colapso do Populismo no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968.

LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX.** In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008, 149- 175.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete Durante o Governo Médici**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- graduação em Ciências Sociais do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos- SP, 1999.

MARX, K. ENGELS. F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARX, K. ENGELS. F. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco A. Nogueira e Leandro Konder – Petrópolis: Vozes, 1988.

MENDONÇA, Sônia; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil Recente**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. – São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. **América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e terror de Estado**. Revista História e Luta de Classes n° 4, julho de 2007, p. 43- 51.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. Tradução de Rita Lima. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; SÁ AERP, Fábio. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967- 1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 207- 241.

REZENDE, Maria José de. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade (1964-1984)**. Editora Uel; Londrina 2013.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica**. 3ª ed. Ver. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1968.

SAHD, Fábio Bacila. **A Ditadura Brasileira: Modernidade, Engenharia Social e Estado de Exceção**. Revista História e Luta de Classes. 1964: Golpe de Estado. Ano 10- Edição N° 17, março de 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise a ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974- 1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 245- 279.

SIMIONATTO, Ivete. O Social e o Político no Pensamento de Gramsci. In: Alberto Aggio (Org.); apresentação Leandro Konder. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento** – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Castelo a Tancredo (1964- 1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VESENTINI, José William. **Nova Ordem, Imperialismo e Geopolítica Global**. Campinas: Papyrus Editora, 2003, p. 75- 144.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.